

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -**  
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

José Antônio Herrera

**DINÂMICA E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O CASO DE VILA AMÉLIA – BREVES/ PARÁ**

Belém  
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –**  
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

José Antônio Herrera

**DINÂMICA E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O CASO DE VILA AMÉLIA – BREVES/ PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Cardoso

Belém  
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR  
**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –**  
**AMAZÔNIA ORIENTAL**

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL

José Antônio Herrera

**DINÂMICA E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR: O CASO DE VILA AMÉLIA – BREVES/ PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

**Data da defesa: 18 de Junho de 2003**

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Cardoso  
Titular da UFPA, Doutor em Química de Solos.

---

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Adjunto da UFPA, Doutor em Sociologia Rural.

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Fernando Antônio Teixeira Mendes  
Pesquisador da CEPLAC, Doutor em Economia Aplicada.

Belém  
2003

Herrera, José Antônio

Dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso de Vila Amélia – Breves/Pará/José Antônio Herrera. – Belém: UFPA – Centro Agropecuário / Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, 2003.

1. Agricultura Sustentável – Vila Amélia – Breves – Pará – Brasil. 2. Agricultura Familiar. 3. Mudança Social. I. Título.

CDD – 630.98115

Aos meus pais, *Francisco Carlos Herrera* e *Márcia Aparecida Britto Herrera*, que incontestavelmente sempre me incentivaram e apoiaram a busca de meus objetivos.

À minha irmã, *Sarah Herrera*, por todo o companheirismo.

Ao meu sobrinho e afilhado, *Francisco Angelis Herrera Araújo*, pelos momentos de alegria proporcionados durante a formalização final deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os professores do Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS – NEAF/CA/UFPA/EMBRPA, que se empenharam em contribuir para a construção do conhecimento no decorrer do curso e na realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Antônio Cardoso, meu orientador, pela competência, conhecimento, confiabilidade e liberdade durante todos os momentos da construção deste trabalho.

Ao Prof. M.Sc. Armando Lírio de Souza, Coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários-ITCPES, pelo convite e confiança para desenvolver a pesquisa, na Região do Rio Mapuá – Breves, que subsidiou este trabalho.

Ao Prof. M.Sc. Otávio do Canto, Professor do Departamento de Geografia da UFPA, e à Euzalina Ferrão, Socióloga, assim como a todos os demais (Bolsistas - UFPA) que participaram da equipe de pesquisa responsável pelo Diagnóstico das Comunidades da Região do Rio Mapuá.

Ao amigo Guilherme Coelho Britto, pela contribuição na diagramação deste documento final.

À Profª. M.Sc. Raquel Lopes, Professora do Curso de Letras – UFPA/Campus de Altamira, pela revisão no texto final deste trabalho.

A todos os meus amigos e amigas que incentivaram e torceram para que eu alcançasse o meu objetivo de finalizar este trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer aos agroextrativistas de toda a região do Rio Mapuá, em especial, aos moradores da Comunidade Vila Amélia – Breves/ Pará, por terem possibilitado a realização deste trabalho, participando constantemente como “Sujeitos” de todas as etapas da pesquisa.

*“...em lugar de considerar as populações mais como empecilhos ao progresso ou destruidoras, por que não pensá-las como as guardiãs do patrimônio nacional e mundial, que poderiam evitar, por sua presença e suas atividades, o avanço da destruição e, ao mesmo tempo, humanizar o espaço amazônico?”*

LEROY – 1991, p. 2001.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE FOTOS .....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE MAPAS .....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>XII</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>XIII</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>XIV</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>I - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>17</b>
1.1 – METODOLÓGIA.....	17
1.2. – LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE VILA AMÉLIA .....	20
1.3. – AGRICULTURA FAMILIAR .....	22
1.4. – HISTÓRIA E “AVANÇO” DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	27
<b>2. OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE BREVES E MESORREGIÃO.....</b>	<b>31</b>
2.1. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO .....	31
2.2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	33
2.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA .....	41
2.4. EXTRATIVISMO .....	43
2.5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....	45
<b>3. MAPUÁ – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA ORAL .....</b>	<b>50</b>
3.1. AVIAMENTO DANDO DIREITO À POSSE DA TERRA .....	50
3.2. MISCIGENAÇÃO, UMA CONFORMAÇÃO SOCIAL .....	55
3.3. ORIGEM E INSERÇÃO DA ECOMAPUÁ CONSERVAÇÃO LTDA NA REGIÃO DO MAPUÁ .....	59
<b>4. A AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE VILA AMÉLIA.....</b>	<b>64</b>
4.1. A ORIGEM DA COMUNIDADE .....	64
4.2. A EXPRESSIVIDADE DA RELIGIOSIDADE NA COMUNIDADE .....	65
4.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	69
4.4. A TERRA COMO PARTE DA IDENTIDADE.....	70
4.5. DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	72
4.6. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO .....	77
4.7. ANÁLISE POR ATIVIDADES DO SISTEMA PRODUTIVO.....	81
4.8. SUBSISTEMA DE CULTIVO .....	84
4.9. SUBSISTEMA DE CRIAÇÃO.....	86
4.10. SUBSISTEMA EXTRATIVISTA.....	88
<b>5. A AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO ....</b>	<b>91</b>
5.1. DISCUSSÕES E SENSO COMUM A CERCA DA “PROPOSTA DE SUSTENIBILIDADE” DA ECOMAPUÁ PARA A REGIÃO.....	94
5.2. AGROECOLOGIA: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	101
5.3. QUADRO DE CENÁRIOS .....	105



5.3.1. <i>Dimensão Ambiental</i> .....	105
5.3.2. <i>Dimensão Social</i> .....	106
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>113</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>115</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 01: SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS FAMILIARES..... 104**

## LISTA DE FOTOS

FOTO 01: NAVIO DE ORIGEM EUROPÉIA SENDO ABASTECIDO NO PORTO DE BREVES. ....	40
FOTO 02: BALSA TRANSPORTANDO MADEIRA EM TORA PELO RIO MAPUÁ.....	40
FOTO 03: CASARÃO UTILIZADO COMO CANTINA PELO PATRÃO NO PASSADO.	52
FOTO 04: ESTRUTURA DE CANTINAS AINDA PRESENTES NA REGIÃO DO MAPUÁ.....	52
FOTO 05: CASA DE MORADA.....	56
FOTO 06: CASA DE FARINHA.....	56
FOTOS 07 E 08: ESCOLAS FUNCIONANDO NA CASA DE UM AGRO-EXTRATIVISTA .....	57
FOTO 09: REUNIÃO RELIGIOSA REALIZADA GERALMENTE NAS MANHÃS DE DOMINGO.....	66
FOTO 10: CENTRO COMUNITÁRIO E CAPELA DA COMUNIDADE VILA AMÉLIA .	68
FOTO 11: ENCONTRO NO CENTRO COMUNITÁRIO.....	73
FOTO 12: ENCONTRO NA CAPELA .....	73
FOTOS 13 E 14: PRODUÇÃO DE FARINHA.....	79
FOTO 14: PRODUÇÃO DE FARINHA .....	79
FOTO 15: ROÇA DE MANDIOCA .....	79
FOTO 16: COLETA DE PUPUNHA.....	79
FOTO 17: ROÇADO CONSORCIADO.....	86
FOTO 18: ROÇADO DE MANDIOCA .....	86

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE VILA AMÉLIA.....	21
MAPA 02: LOCALIZAÇÃO DOS AGROEXTRATIVISTAS NA COMUNIDADE VILA AMÉLIA.....	73

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01: SÍNTESE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL/IDHM – COMPARATIVO MUNICÍPIO DE BREVES, MICRORREGIÃO FUIROS DE BREVES, ESTADO DO PARÁ E BRASIL – 1970-1980-1991.....	36
TABELA 02: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO DE BREVES, MICRORREGIÃO FUIROS DE BREVES E MESORREGIÃO DO MARAJÓ – 1994/2000. ....	42
TABELA 03: QUANTIDADE DOR DOS PRODUTOS DA EXTRAÇÃO VEGETAL NO MUNICÍPIO DE BREVES - 1994-2000.....	44
TABELA 04: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE BREVES – 2002 .....	46
TABELA 05: USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE BREVES 1970/1996.....	46
TABELA 06: NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR. MUNICÍPIO DE BREVES, MESORREGIÃO DO MARAJÓ, MICRORREGIÃO FUIROS DE BREVES E ESTADO DO PARÁ - 1970/1996.....	48

## RESUMO

Analisa-se, a partir do diagnóstico sócio-ambiental da comunidade de Vila Amélia, no rio Mapuá – município de Breves/PA, as redes de relações estabelecidas historicamente entre trabalhadores agroextrativistas e “patrões” (comerciantes e empresários/proprietários de terra) e as conseqüências desse modelo de interação social para a atual configuração do cenário sócio-político-ambiental nessa comunidade. Parte-se do pressuposto de que a compreensão dessas relações é uma condição *sine qua non* para se pensar outros modelos de desenvolvimento menos predatórios, menos autoritários e mais socialmente responsáveis.

Enfatiza-se aqui algumas questões relacionadas à conservação e à sustentabilidade dos meios produtivos e às desiguais relações de trabalho e controle da terra, focalizando a lógica predominantemente familiar das atividades como um elemento de importância capital no funcionamento dos sistemas agroextrativistas.

Partindo da dinâmica de ocupação da região e das características dos núcleos familiares, a pesquisa aponta indicativos para se compreender a ambígua relação de dependência manifestada pelos trabalhadores agroextrativistas e sua resistência à discussão da proposta de desenvolvimento sustentável apresentada pela empresa Ecomapuá. Discute, ainda, possibilidades de superação dessa relação pela organização sócio-política, fator essencial para a construção de toda e qualquer proposição de desenvolvimento que pretenda envolver, de fato, as populações locais como sujeito de seu próprio processo histórico, com objetivos, desejos, aspirações e sonhos que é preciso considerar.

**Palavras-chave: agroextrativistas, patrões, relação de dependência, história, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável.**

## ABSTRACT

It is analysed, departing from a social-environmental diagnosis of Vila Amélia, in Mapuá river – Breves/PA municipal district, the nets of relations established among agro-extractivistic workers and *boss* (merchants and undertakers/ land owners) and the consequences of this social interaction model for the actual configuration of the social-politic-environmental scenery in this community. Departing from the presupposed that the comprehension of these relationships is a *sine-qua-nom* condition in order to think about other less predatory, less authoritarian and more social responsible growth models.

Here are emphasized some questions related to the conservation and sustainability of the productive ways and the unequal relations of work and land control, focalizing the mainly familiar logic of the activities as an element of capital importance in the working of the agro-extractivistic systems.

Departing from the area's occupation dynamic and the characteristics of the familiar nucleus, the research points indicatives for the understanding of the ambiguous dependence relation manifested by the agro-extractivistic workers and their resistance to the discussion of the sustainable growth proposal presented by Ecomapuá enterprise. It still discusses the possibilities of the overcoming of this relation by the social-politic organization, essential factor for the construction of every growth proposal that intends to involve, in fact, the local inhabitants as the subjects of their own historical process, with objectives, wishes, aspirations and dreams that need to be considered.

**Key words: agro-extrativistics; boss; dependence relation; history; familiar agriculture; sustainable growth.**

## INTRODUÇÃO

Historicamente a dinâmica rural brasileira tem sido estabelecida a partir de uma política prioritariamente voltada para a exportação de seus produtos agrícolas. Esse fato privilegiou a agricultura patronal, embasada praticamente na monocultura e nos grandes latifúndios em detrimento da agricultura familiar, acarretando, ao longo dos anos, uma dinâmica degradante dos recursos naturais (ARMANI *et al*, 1998).

Entretanto, é necessário ressaltar que, mesmo com a ocorrência desse processo, a agricultura familiar tem mostrado ser viável e, reconhecidamente, a principal empregadora da mão-de-obra no campo e responsável pelo dinamismo econômico e social da maior parte dos municípios e das regiões do país.

Após vários anos decorridos de exploração agrícola na Amazônia, tornou-se notória a inviabilidade da maioria dos métodos e práticas aplicados na exploração do setor, principalmente na preservação dos recursos naturais, o que tem provocado discussões e estudos voltados para a tentativa de melhor adaptar as atividades desenvolvidas. Ainda mais nos últimos anos, quando as “atividades exploratórias” têm sido cada vez mais apontadas como responsáveis pela degradação das potencialidades vegetativas e pedológicas, ou seja, “...para cada grau de desenvolvimento agropecuário existe algum grau de perdas ambientais...” (SERRÃO, 1995), como tem acontecido com a maioria dos modelos utilizados no uso do ecossistema florestal amazônico para fins agroextrativistas<sup>1</sup>.

Há de se considerar que, paralelamente a esse fato, a agricultura familiar, em sua essência, sempre responde a estímulos, ou seja, o seu funcionamento depende de certas condições, realidades, e se dá de acordo com uma lógica pré-estabelecida no núcleo familiar,

---

<sup>1</sup> Agroextrativistas – usa-se este termo nesta pesquisa para fazer referência aos grupos familiares que utilizam da força de trabalho de seus membros tanto na exploração agrícola quanto nas atividades extrativistas.



com o intuito de melhor responder às dificuldades e problemas percebidos (ver: LAMARCHE, 1993).

Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa verifica os fatores históricos de ocupação da comunidade de Vila Amélia no município de Breves, Estado do Pará, que influenciaram e influenciam na utilização dos recursos naturais e humanos, assim como suas organizações sociais e produtivas, na perspectiva de viabilizar melhores condições para o desenvolvimento da reprodução agrícola familiar local.

Desta forma, investiga-se o desenvolvimento na comunidade de Vila Amélia em função de distintos pontos descritivos vinculados ao funcionamento exploratório familiar: i) o comprometimento com o meio ambiente na utilização dos recursos naturais; ii) a dinâmica vigente exploratória que resulta do tradicionalismo das famílias; iii) a ausência do Estado *versus* a presença dos empresários madeireiros e comerciantes de fruto e palmito do açaí na comunidade; iv) a incerteza do direito de posse das terras utilizada pelos agroextrativistas familiares; v) a eficiência dos sistemas de produção da comunidade devido à precariedade da infra-estrutura; vi) a ausência de incentivos específicos para os tipos de atividades desenvolvidas nos sistemas produtivos; e, vii) evidentemente, a histórica relação de dependência estabelecida com os proprietários da terra.

## I - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### I.1 – METODOLOGIA

Com o propósito de compreender o elo entre a história de ocupação e o funcionamento do sistema de produção<sup>2</sup> da Comunidade de Vila Amélia, a pesquisa conta com uma abordagem qualitativa descritiva, que apresenta uma intercessão metodológica entre a “Abordagem Multissetorial Integrada”, proposta por BARBOSA *et ai*, 1998, e o “Zoneamento”, proposto por BITTENCOURT & BIANCHINI, 1996 e por DUFUMIER, 1997.

Segundo, BARBOSA *et al* (1998), a Abordagem Multissetorial Integrada considera

O conhecimento da complexidade de uma dada realidade e não somente a intuição dos atores responsáveis pela sua modificação. Pretende encontrar soluções coordenadas, levando o planejamento estratégico para o plano social, desenhando ações apropriadas e articuladas para o plano social, desenhando ações apropriadas e articuladas para os problemas destacados, considerando-se a promoção de processos indutores de transformação social.

Como se vê, essa abordagem parte da constatação de uma situação-problema e do comprometimento com o encaminhamento de uma solução, apresentando uma seqüência lógica: diagnóstico, elaboração e operacionalização.

O Zoneamento tem o intuito de “perceber e verificar as potencialidades agro-ecológicas e as limitações sócio-econômicas que condicionaram a diversidade e a evolução dos sistemas” (DUFUMIER, 1997).

---

<sup>2</sup> Sistema de Produção – segundo BITTENCOURT (1996), este conceito tem seu significado relacionado à combinação mais ou menos coerente, no espaço e no tempo, de certa quantidade de força de trabalho (familiar ou assalariada, etc) com distintos meios para produzir bens.

No desenvolvimento da pesquisa, junto à interseção metodológica, fez-se também a intervenção - a partir de dois princípios metodológicos: 1) *pesquisa-ação participativa*, na qual os agricultores participam desde o início, ou seja, desde a elaboração, acompanhando cada passo e participando com seus conhecimentos, analisando as conseqüências das inovações em seus projetos (RHOADES & BOOTH, 1982; CHAMBERS *et al*, 1989 e THIOLENT, 1992); 2) *o trabalho em parceria com as organizações locais*, que tentou alcançar o maior número possível de agricultores, de sorte a difundir os resultados, contribuindo também para uma reflexão comum sobre os determinantes sociais, econômicos e ecológicos das estratégias individuais dos agricultores (MERRIL-SANDS & COLLION, 1993).

Dessa forma, a primeira etapa da pesquisa deu-se com o zoneamento prévio, seguido das “visitas chaves” (BITTENCOURT & BIANCHINI, 1996 e DUFUMIER, 1997), a partir das quais fez-se a identificação dos grandes problemas colocados para o desenvolvimento agrícola na região. Neste momento, recorreu-se à realização das entrevistas com pessoas que vivenciaram as transformações ocorridas na exploração dos recursos naturais, numa tentativa de ‘reconstruir’ as práticas utilizadas.

Feita a análise da região e determinada uma pré-tipologia, a pesquisa se complementa com a amostragem aleatória, dentro dos diferentes universos percebidos como heterogêneos na constituição da comunidade agrícola, sendo essa amostra considerada “aleatória simples” (BARBOSA *et al*, 1998), modelo no qual um grupo de pessoas é selecionado a partir de uma lista completa de determinada população, contando também com uma “caminhada aleatória” (BARBOSA *et al*, 1998).

A adoção dessa abordagem se justifica pela necessidade de se alcançar os melhores indicadores descritivos sobre a organização social e produtiva da totalidade da comunidade, levando-se em consideração os aspectos vigentes no dinamismo e funcionamento da

Agricultura Familiar, visando a compreensão do desenvolvimento local a partir da contextualização e definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida em duas grandes fases: a coleta de dados primários junto aos agroextrativistas e uma revisão dos fatos ocorridos na mesorregião e região de Breves, a partir de dados secundários históricos, registros estatísticos e referencial teórico.

A pesquisa realizada junto aos agroextrativistas deu-se em subfases: 1) apresentação do projeto aos comunitários em um encontro intermediado por pessoas da própria localidade, objetivando compreender os posicionamentos e as expectativas dos agricultores; 2) definição de um grupo de agricultores dispostos a participar da pesquisa, envolvendo-se diretamente no reconhecimento e zoneamento da localidade; 3) análise, organização e compreensão dos dados e informações coletadas na fase anterior; 4) acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas, das relações estabelecidas pelo grupo de agroextrativistas e do diagnóstico agrícola da localidade; 5) sistematização das informações adquiridas no decorrer de toda a pesquisa e elaboração final do trabalho.

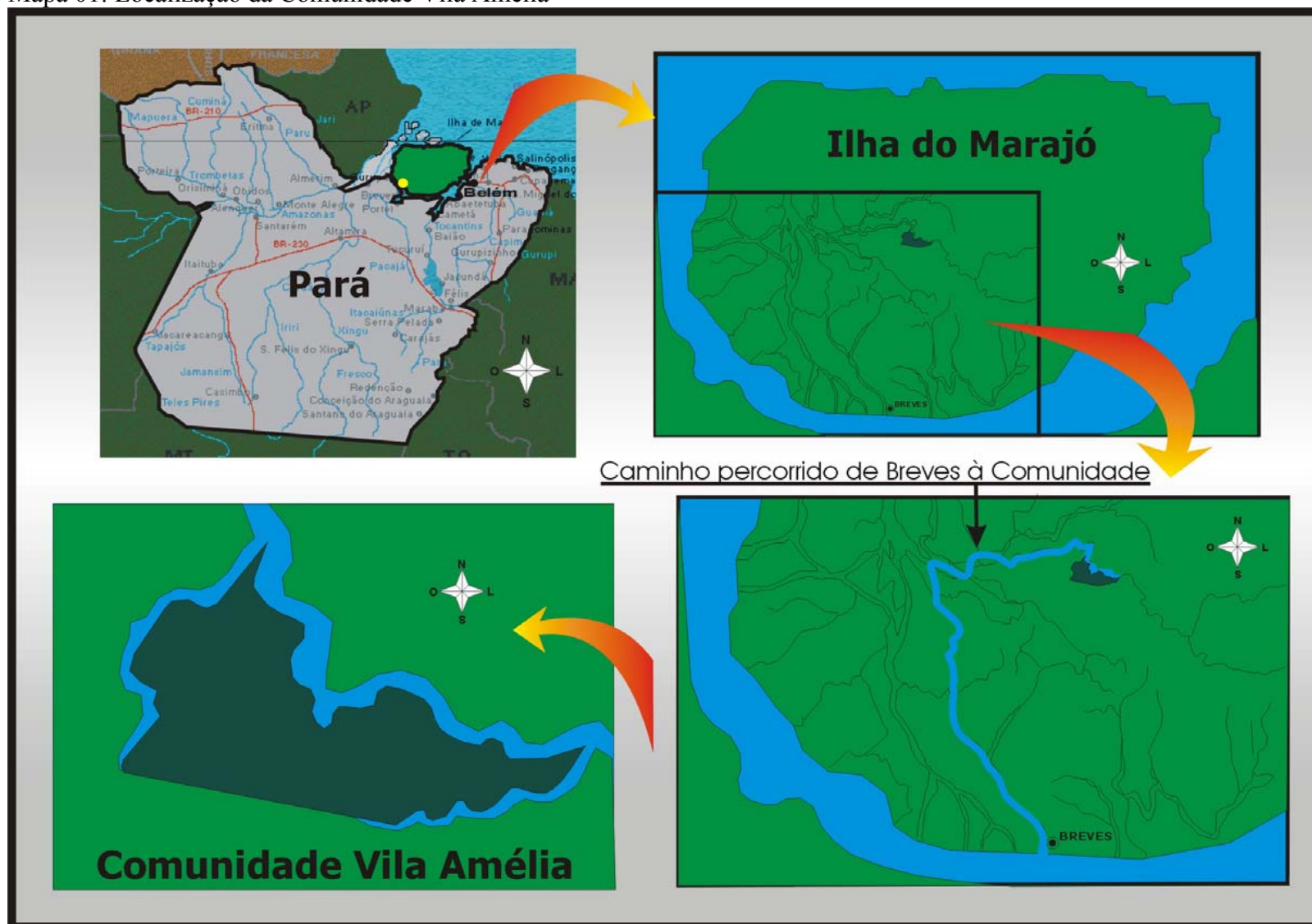
O interesse e a opção por desenvolver a pesquisa através desses passos metodológicos se justificam pela possibilidade de contribuir para a organização no processo produtivo local, otimizando o aproveitamento dos recursos disponíveis, através de um “sistema de uso da terra mais sustentável” (NRC - National Research Council, 1993), maximizando e dinamizando o desenvolvimento regional, estimulando a comunidade a uma ação mais associativista e a uma discussão sobre os modelos de desenvolvimento e gestão ambiental, visualizando formas de desenvolvimento menos predatórias em relação ao meio ambiente.

## I.2. – LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE VILA AMÉLIA

A Comunidade Vila Amélia situa-se no município de Breves, Ilha de Marajó, e seu principal meio de acesso é o rio Mapuá (Mapa 01 a seguir). A distância entre a sede do município e a comunidade está estimada em aproximadamente setenta quilômetros, em linha reta, e pode ser percorrida em embarcações de médio e pequeno porte, o que chega a durar dez horas de viagem.

A comunidade de Vila Amélia apresenta uma área de aproximadamente 16.000 ha, sendo seu perímetro de 64.291,75 m. Confronta-se a norte com a margem esquerda do rio Mapuá, a leste com terras de posses desconhecidas e com o igarapé São Remédio, a sul com terras de posse desconhecidas e a oeste com Posse Bom-Ta.

Mapa 01: Localização da Comunidade Vila Amélia



Fonte: Mapa modificado a partir de Almanaque Abril 2001 e Memorial Cartográfico da comunidade.

### I.3. – AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar brasileira tem sua conformação nas origens coloniais, constituindo-se a partir de três distintas características: “a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a antiga, porém prolongada, relação do tipo senhor/ escravo, que provocou fragilidades e dependências sociais para com os pequenos produtores” (LAMARCHE, 1993).

No período colonial, as grandes extensões de terra foram doadas por Portugal a um reduzido grupo de senhores, e as pequenas propriedades ocuparam pedaços de terras no interior dessas fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico (PRONAF, 2002).

Com o passar do tempo e com toda sua especificidade e precariedade, a exploração familiar resistiu e aumentou por toda extensão nacional, fato fortalecido inicialmente pela ação espontânea dos imigrantes europeus ( PRONAF, 2002) que se organizavam em colônias, desenvolvendo as atividades com a força de trabalho familiar e com características itinerantes e rudimentares; posteriormente, esse modelo de agricultura será incentivado pelo governo. Fato é que a agricultura familiar sempre coexistiu com o modelo agrário de exportação.

A história não eliminou a agricultura familiar (NEVES, 1998), que está presente em todas as regiões do País e é o segmento de maior importância econômica e social do meio rural, com grande potencial de fortalecimento e crescimento, além de ser um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (SCHMITZ, 1998).

A agricultura familiar emprega hoje, no Brasil, cerca de 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 18% do total da população economicamente ativa. Além disso, a geração de um emprego no campo, principalmente na agricultura familiar, representa custo bem mais baixo que a geração de um emprego nas atividades urbanas, sendo também responsável pela produção de 80% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (LAMARCHE, 1993).

As especificidades da exploração familiar, referidas anteriormente, justificam a existência de diferentes características entre as demais formas de exploração do meio rural e a mencionada agricultura familiar.

A exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993).

Mas essa interdependência não implica a existência de uma classe homogênea, pois as atividades desenvolvidas nesse sistema de produção (BITTENCOURT, 1996) dependem das condições e necessidades de uma microrregião, ou seja, a exploração familiar é impulsionada pelas diferentes realidades locais. Então, tem-se tipificações na constituição dessa classe (LAMARCHE, 1993).

Além das diferenças devidas a características regionais, deve-se ainda desatacar “a lógica de cada núcleo familiar”, que influencia e cria expectativas peculiares, projetando no futuro uma determinada imagem do estabelecimento familiar, como aponta LAMARCHE, 1998:

Todo produtor projeta no futuro uma certa imagem de seu estabelecimento: ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, em maior ou menor grau, para esta situação.



Essa heterogeneidade da agricultura familiar se intensifica mais no caso da Amazônia, região marcada por uma forte corrente imigratória de diversas regiões do país, onde há uma variabilidade de “ideologias e sociologia do conhecimento” (BERGER, 1972), caracterizando o que autores, como MARTINS (1997) definem como uma área de “fronteira”, justamente devido à forma como se deu e ainda se dá a sua dinâmica de modo geral.

Desta forma, é importante destacar a peculiaridade da agricultura familiar na Amazônia, devido à sua característica de fronteira, considerada não somente como espaço geográfico, mas também “...como espaço significativo de participação dos pequenos produtores e de grandes empreendimentos capitalistas, e das conseqüências dessa participação...” (BECKER, 1998), como mostram REYNAL & MUCHAGATA *et al* (1994), para que se possa compreender como se dá a especificidade da agricultura na comunidade de Vila Amélia, onde existe um sistema de produção que combina a exploração extrativa com os subsistemas de criação e cultivo (FERRÃO. *et al*, 2001), isso em moldes que possibilitam o convívio de realidades culturais e exploratórias, sem dúvida alguma, bem diferenciadas, caracterizando uma história inacabada, uma história que não se concluiu, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se fez, é uma história sempre por fazer (MARTINS, 1999).

Outro fator que se pode destacar nessa relação estabelecida em Vila Amélia é o fato de esses produtores não serem enxergados como Sujeitos, ou seja, como aqueles que têm controle sobre o vivido (TOURAINÉ, 1997), do sistema de funcionamento e sim como simples atores no meio rural, ainda mais nesse caso em que eles não têm certeza quanto à posse e propriedade de suas áreas de exploração, e são vistos e sentidos como “posseiros”, o que fragiliza ainda mais os seus sistemas de funcionamento e fortalece os empresários madeireiros e as possibilidades de diferenciação dentre os produtores, fato esse verificável em

outras mesorregiões da Amazônia, como mostra PICARD (1998), em seu trabalho sobre a mesorregião de Marabá.

Segundo MARTINS (1996)

O posseiro é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma outra coisa necessária à casa ou ao trabalho. Como não possui o título de proprietário da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho.

A partir desses pressupostos, pode-se destacar que o incentivo à agricultura poderia contribuir para o dinamismo de demais setores econômicos, pois como destaca COSTA (2001) é o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano. Isso partindo do fato de que só a agricultura familiar pode propiciar no rural uma maior sociabilidade, podendo formar uma grande rede das mais diversas formas associativas consolidando a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo (FLORES; MACÊDO; ROSA, 1998).

Nessa “evolução” e coexistência da agricultura familiar, notoriamente o que sempre existiu foi a condutibilidade de suas atividades a partir de métodos rudimentares, agricultura itinerante, o que passa a ser questionado pela sua praticidade e compensação ecológica ao longo dos anos. Em relação a esse questionamento sobre a prática da agricultura familiar, COSTA (2001), menciona “O fato de a agricultura itinerante ser ainda, provavelmente, o sistema de uso da terra mais importante na Amazônia, não só do ponto de vista econômico, já que se faz responsável por pelo menos 80% da produção de alimento total da região, mas também em função das pessoas que dela dependem direta ou indiretamente”.

Apesar dessa notória importância na economia regional, a agricultura familiar provoca questionamentos (dúvidas) sobre a viabilidade da agricultura de subsistência, em especial, nas áreas de fronteira, (KITAMURA, 1994). Também nesse sentido, HOMMA (1998) comenta

que a agricultura itinerante tende agora a declinar, com a diminuição da expansão da fronteira agrícola devido às restrições aos desmatamentos, ao processo de consolidação dos pólos de desenvolvimento e ao aumento da densidade demográfica cuja consequência é o aumento de demanda por alimento e a elevação de preços da terra.

A mais comum e tradicional forma de agricultura, tão adequada ao meio ambiente em outros contextos históricos, hoje se confronta com sérios problemas quanto aos fatores da sustentabilidade. Os atuais níveis de sustentabilidade agronômica, sócio-cultural e econômica desse sistema produtivo são de baixos a moderados, com baixos níveis de sustentabilidade ecológica. A intensidade tecnológica, tanto do ponto de vista de uso do conhecimento técnico-científico como de capital, é baixa, o que resulta em baixa produtividade por unidade de área, podendo, entretanto, responder com relativamente altas produtividades por unidade de capital e trabalho (SERRÃO, 1992).

Quanto ao funcionamento das atividades dos sistemas de produção, tem-se observado que com o passar do tempo as alterações dependem das condições, realidades e necessidades econômicas familiares (WALKER, 1997). Logo, compreende-se que as decisões quanto ao uso da terra pelos agricultores familiares na Amazônia são afetadas, entre outros fatores, pela estrutura fundiária e pelos aspectos relacionados à integração ao mercado, à tecnologia, ao conhecimento produtivo, às políticas de crédito e ao mercado de trabalho (KITAMURA, 1994).

O vínculo social da agricultura familiar com a terra se dá a partir da característica do trabalho familiar, estando a família envolvida nas diversas atividades produtivas, o que visa à reprodutibilidade física e social dos membros que a compõem. Ao chefe familiar, geralmente cabem a direção e o desempenho das atividades mais exigentes dos sistemas.

Quanto à atividade da mulher, essa apresenta variações de uma unidade familiar para outra, pois pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas,

restringindo-se a tarefas executadas no interior da própria casa e/ou no terreiro que lhe é contíguo. Como complementação ao modo de produção utilizada nesse sistema produtivo é inquestionável a importância da participação do trabalho infantil, já que está presente na ajuda às tarefas domésticas e às propriamente agrícolas.

#### I.4. – HISTÓRIA E “AVANÇO” DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da década de 60, nota-se a preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta, dando início às discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Essas discussões ganharam tanta intensidade que levaram a ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972. No mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo *Limites do Crescimento*. Esse estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente “catástrofe”.

As reações vieram de intelectuais do Primeiro Mundo (para quem a tese de Meadows representava o fim do crescimento da sociedade industrial) e dos países subdesenvolvidos (já que os países desenvolvidos queriam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, com uma justificativa ecológica).

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de *ecodesenvolvimento*, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do desenvolvimento

seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garantisse emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação. Essa teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas e era uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de *desenvolvimento sustentável*.

Outra contribuição à discussão veio com a Declaração de Cocoyok, das Nações Unidas. A declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para esse quadro com altos índices de consumo. Para a ONU, não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo, há também um máximo.

A ONU voltou a participar na elaboração de um outro relatório, o Dag-Hammarskjöld, preparado pela fundação de mesmo nome, em 1975, com colaboração de políticos e pesquisadores de 48 países. Esse relatório de Dag-Hammarskjöld completa o de Cocoyok, afirmando que as potências coloniais concentraram as melhores terras das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros solos, promovendo a devastação ambiental. Os dois relatórios têm em comum a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição por parte dos governos dos países industrializados.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por relatório Brundtland. Segundo este documento, “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Este relatório já não apresenta as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; mas demanda crescimento

tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO<sub>2</sub> (que constavam do acordo sobre o clima) e não assinou a convenção sobre a biodiversidade.

Historicamente a discussão e o debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável ganham força e repercussão por todo o mundo, principalmente através de pesquisadores atuantes nos países considerados de *terceiro mundo*, donos de exuberante biodiversidade de recursos naturais, mas de baixo potencial tecnológico.

Especificamente no caso da Amazônia, muitos autores afirmam que para haver um desenvolvimento sustentável faz-se necessário ter como ponto central a percepção do meio ambiente regional a partir dos interesses das populações locais (XIMENES, 1997).

Um dos pontos básicos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável é, sem dúvida, o crescimento econômico, fundamental para a melhoria das condições de vida das populações regionais. Todavia, reconhece-se a necessidade de esse crescimento trazer benefícios, especialmente, para as camadas menos favorecidas da população, o que requer um conjunto de políticas econômicas e sociais, que visem às necessidades mais imediatas das populações, como também aquelas voltadas para a transformação estrutural, ou seja, políticas que levem a um crescimento mais rápido da renda das famílias em relação à renda média e

que orientem os recursos públicos de forma crescente para a satisfação das necessidades básicas.

O desenvolvimento sustentável da Amazônia requer ainda a consideração de vários outros aspectos e princípios, dentre os quais a participação comunitária, fator de máxima importância no planejamento e na implantação de programas e projetos com fins sociais e/ou ambientais, para o quê é necessário respeitar as populações regionais e nelas centrar os objetivos.

As comunidades locais, dados os sistemas de vida em harmonia e de certa cumplicidade com o meio ambiente, podem prover condições iniciais para o sucesso de programas e projetos que venham a ser implementados, é nesse sentido que aponta LEROY (1998), ao mencionar que o desenvolvimento deve partir das comunidades para transcender para os âmbitos mais amplos.

Outro aspecto importante a se considerar na discussão sobre desenvolvimento sustentável diz respeito às ações da chamada “economia popular” ou dos “setores sociais” (trabalhadores por conta própria), pelo fato de que ao originarem associações estes setores teriam como alavancar pequenas unidades econômicas, o que provocaria uma geração de emprego e alternativa de renda para uma grande parte da população pobre, tanto urbana quanto rural.

Apesar das críticas e do pessimismo quanto à sua viabilidade econômica e à sua sustentabilidade, a agricultura familiar provavelmente continuará a ocupar lugar de destaque na economia amazônica onde, no futuro, o caráter predatório ou sustentável será determinado pela capacidade política de ordenamento. Nesse aspecto, merecem especial atenção os agricultores familiares que reclamam por terras suficientes para a prática de uma agricultura sustentável e por programas de desenvolvimento rural integrado que permitam a transição para sistemas de produção menos predatórios (KITAMURA, 1994).

## 2. OCUPAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE BREVES E MESORREGIÃO

### 2.1. HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO

O município de Breves faz parte da Mesorregião do Marajó, que abrange uma área equivalente a 58.915 km<sup>2</sup>, com enorme potencial agropecuário, extrativista e turístico. Os históricos embates e conflitos pela posse e controle das terras têm uma forte característica na história de ocupação da mesorregião e do município (SOUZA *et al*, 2002).

As terras eram de domínio das ordens religiosas, as quais tiveram sua decadência com a expulsão a partir do comando do Marquês de Pombal em 1755. As fazendas controladas por essas ordens estavam em franco declínio e ruína quando D. José ordenou que se repartissem as terras em juntas governativas, distribuindo-as primeiramente para os oficiais militares e pessoas casadas, vindas do reino e estabelecidas no Pará, em seguida para os oficiais militares brasileiros casados e, por fim, para as pessoas julgadas distintas, casadas e residentes no Pará, excluindo os que não demonstrassem capacidade em aproveitar a área e/ou que possuíam terras próprias sem alguma benfeitoria.

Constitui-se, dessa forma, a Mesorregião do Marajó em vinte e dois quinhões aproximadamente iguais, distribuídos entre os contemplados por D. José, dentre os quais podemos destacar: José Miguel Ayres, Carta de concessão no livro 14, página 172 verso, e carta de confirmação no livro 15, página 173; Diogo Luiz Rabelo e Vasconcellos, Carta de concessão no livro 14, página 181. Não existe no livro competente a carta de confirmação; José Corrêa de Lacerda, sem registro nos livros da carta de confirmação; e Manoel Caetano de Azevedo, Carta de concessão no livro 14, página 172, e carta de confirmação no livro 15, página 187 (*Ibid*).



A origem do Município de Breves, por sua vez, está vinculada à saga de dois irmãos de origem portuguesa, Manoel Breves Fernandes e Ângelo Fernandes Breves, o primeiro era solteiro e o segundo casado com Dona Inês de Souza, moravam nas chamadas *Missões das Bocas*. Em 19 de novembro de 1738, o capitão-general do Pará, João de Abreu Castelo Branco, concedeu a Manoel Breves Fernandes uma sesmaria de duas léguas de frente, por uma de fundo, em terras do rio Pararaú, a confirmação da doação, por parte do rei de Portugal, ocorreu cerca de dois anos depois, a 30 de março de 1740. Havendo, assim, o primeiro registro oficial de ocupação das terras do atual município de Breves.

No local onde hoje está localizada a cidade de Breves, Manoel mandou construir um pequeno engenho que denominou de Santana, em seguida ordenou que fizessem roçados na extensa sesmaria. Seu irmão também se estabeleceu no lugar, que passou a ser conhecido como o “Lugar dos Breves”.

A lei provincial nº 172 elevou, em 30 de novembro de 1850, o “Lugar dos Breves” à categoria de Freguesia, com o nome de Nossa Senhora de Santana dos Breves. Um ano depois, a Freguesia conquistou a condição de Vila. Entretanto, a sua elevação à condição de município se deu somente a 02 de novembro de 1882, através da Lei de nº 1.079.

O município de Breves foi criado pela Resolução nº 200 de outubro de 1851, com a elevação da condição de Freguesia de Nossa Senhora dos Breves à condição de Vila, mas sua história remonta ao início do século XVIII (SOUZA. *et al*, 2002).

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, Breves pertence à Microrregião Furos de Breves, que apresenta uma composição a partir de quatro distritos: Breves, Antônio Lemos, Curumu e São Miguel dos Macacos. O território de Breves é constituído de ambientes bastante complexos, dentre eles um ambiente cheio de ilhas separadas por rios, estreitos e furos, um verdadeiro labirinto de canais e ilhas cobertas de exuberante vegetação.

## 2.2. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

A região do Marajó demonstra, através da síntese de seus indicadores econômicos e sociais, um quadro marcado por grandes desigualdades, que se acentuaram ao longo das últimas quatro décadas.

Durante as décadas de 70 e 80, período de implementação das políticas desenvolvimentistas, a dimensão territorial e as condições naturais de um grande arquipélago dificultaram a implementação desse tipo de política, devido ao difícil acesso, o que contribuiu para a perpetuação das desigualdades.

Normalmente, a região das ilhas e dos furos do Estado do Pará centrou sua economia nas potencialidades naturais, particularmente no extrativismo vegetal, entretanto, verifica-se a introdução da produção agrícola e pecuária em determinados períodos, cujas conseqüências, em alguns casos, trouxeram danos para o meio ambiente e geraram impactos negativos à rede de sociabilidade e reciprocidade da região.

Segundo SOUZA *et al* (2002), a maneira como a mesorregião inseriu-se na dinâmica econômica estadual provocou, e continua provocando, danos irreparáveis cujos resultados para as populações locais têm sido extremamente negativos no âmbito econômico, social e ambiental. Percebe-se nitidamente a baixa internalização da riqueza gerada pelo setor extrativista e pelos demais setores econômicos. Isso é facilmente verificável quando se observam as condições de reprodução econômica e social da população, principalmente em relação aos indicadores sociais que são muito baixos em termos de qualidade de vida.

Ao ensaiar, nos anos 90, uma política baseada na “vocação econômica natural” com perspectiva de incluir o Marajó como zona de turismo ecológico, agropecuária (pastagens artificiais, introdução de novas tecnologias, melhor aproveitamento da pastagem nativa) e de redefinir o papel do setor extrativista (manejo florestal e atividades agro-florestais), tentou-se,

com a transformação de sua estrutura econômica, integrar essa mesorregião às demais mesorregiões do Estado do Pará.

Mas, os resultados econômicos típicos de um modelo concentrador de riqueza indicam que não foi isso que ocorreu, pois pouco se possibilitou melhorias nas condições de vida da população em geral. Isso se deve ao fato de que a expectativa de inclusão econômica da região do Marajó se baseou fundamentalmente em um estereótipo de urbanização da paisagem natural, cuja concepção na maioria das vezes não se coaduna com os interesses das populações agroextrativistas, pois as políticas públicas, caracterizadas por um baixo investimento em infra-estrutura econômica e social na região, pouco têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida, o que é um índice da frágil e morosa presença institucional na mesorregião.

O setor extrativista é notoriamente um reflexo dessa fragilidade institucional, pois seus avanços apontam um desdobramento econômico que favorece as grandes madeireiras, serrarias e demais segmentos que comercializam a madeira, em detrimento das demais categorias presentes no desenvolvimento deste setor na região, como por exemplo, os agroextrativistas no início dessa cadeia exploratória. Além disso, os grandes grupos econômicos da região acabam se favorecendo da existência de “grandes latifúndios empresariais e fazendas” (COSTA, 2001), reproduzindo formas de relações de trabalho altamente desfavoráveis para os trabalhadores do setor agrícola.

Na mesorregião do Marajó o panorama socioeconômico não pode ser analisado sem se levar em consideração a especificidade do meio físico natural, por se tratar de um ecossistema complexo onde a relação ser humano x natureza se dá de maneira adaptativa e através da constante criação de estratégias de sobrevivência por parte das populações agroextrativistas.

Em função disso, o Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará/ IDESP apresentou em 1995 um estudo sobre um zoneamento ecológico-econômico, recorrendo a

dados secundários do IBGE e a estudos acumulados sobre a região, em que divide a região em duas subzonas: a subzona de Breves e a subzona de Soure, objetivado identificar as potencialidades econômicas do ecossistema natural e apresentar a evolução da ocupação do território. A partir dos resultados desse estudo, obtivemos um conjunto de recomendações de restrições quanto ao uso e apropriação do solo e quanto à necessidade de redefinição das políticas de desenvolvimento econômico e social.

O comparativo dos indicadores econômicos e sociais dos anos 70 e 80 com os dos anos 90 demonstra a quase inexistência de alterações nas condições de vida da população da região, conforme esboça a Tabela 01, a seguir:

Tabela 01: Síntese do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/IDHM – Comparativo Município de Breves, Microrregião Furos de Breves, Estado do Pará e Brasil – 1970-1980-1991.

<b>Indicadores</b>	<b>Município de Breves</b>			<b>Microrregião – Furos de Breves</b>			<b>Estado do Pará</b>			<b>Brasil</b>		
	<b>70</b>	<b>80</b>	<b>91</b>	<b>70</b>	<b>80</b>	<b>91</b>	<b>70</b>	<b>80</b>	<b>91</b>	<b>70</b>	<b>80</b>	<b>91</b>
IDH-M	0,298	0,434	0,432	-	-	0,429	0,444	0,579	0,595	0,462	0,685	0,742
IDHM – Longevidade	0,472	0,601	0,633	-	-	0,619	0,440	0,536	0,601	0,440	0,531	0,638
IDHM – Educação	0,280	0,303	0,374	-	-	0,379	0,498	0,548	0,598	0,501	0,577	0,645
IDHM- Renda	0,142	0,399	0,290	-	-	0,290	0,276	0,651	0,587	0,444	0,947	0,942
ICV	0,306	0,433	0,436	-	-	0,451	0,473	0,580	0,606	0,532	0,655	0,723
ICV – Longevidade	0,584	0,718	0,748	-	-	0,736	0,547	0,553	0,718	0,528	0,632	0,742
ICV – Educação	0,215	0,237	0,300	-	-	0,304	0,400	0,459	0,517	0,415	0,497	0,576
ICV – Infância	0,263	0,377	0,425	-	-	0,497	0,639	0,555	0,672	0,655	0,665	0,747
ICV – Renda	0,405	0,383	0,467	-	-	0,483	0,467	0,684	0,608	0,524	0,816	0,793
ICV – Habitação	0,066	0,252	0,241	-	-	0,234	0,309	0,449	0,516	0,538	0,663	0,758
Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	53,33	61,07	62,99	-	-	62,16	51,41	57,19	61,07	51,43	56,87	63,29
Taxa de Mortalidade Infantil	97,60	52,95	43,61	-	-	47,42	110,8	73,62	52,64	123,2	85,20	49,49
Menos de 4 anos de estudo	95,3	90,9	84,7	-	-	84,1	77,6	65,3	54,0	69,0	55,6	42,3
Menos de 8 anos de estudo	99,3	98,3	97,5	-	-	95,1	94,5	87,2	78,2	91,2	83,3	72,1
Mais de 11 anos de estudos	0,10	0,17	0,63	-	-	0,5	1,1	2,7	3,7	2,0	5,0	7,5
Taxa de analfabetismo	60,9	57,3	48,4	-	-	48,0	32,3	27,7	23,6	33,0	25,3	19,4
Número médio de anos de estudo	0,8	0,8	1,4	-	-	1,4	2,1	3,0	4,0	2,4	3,6	4,9
% de Crianças de 7 a 14 anos que não frequentam a escola	74,5	75,9	50,3	-	-	56,5	32,6	40,4	30,0	32,6	32,8	22,7
Defasagem escolar média crianças de 10 a 14 anos	4,4	2,8	3,9	-	-	3,9	3,3	2,3	3,0	2,9	2,6	2,2
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	97,2	65,7	93,9	-	-	94,5	84,7	58,7	78,9	73,0	67,1	58,1
% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	23,6	16,9	7,1	-	-	8,1	8,8	8,9	6,6	12,4	12,9	8,6
Renda familiar per capita média	0,24	0,57	0,43	-	-	0,43	0,41	0,91	0,82	0,63	1,43	1,31
Grau de Desigualdade	0,25	0,33	0,48	-	-	0,43	0,44	0,55	0,70	0,68	0,70	0,78
Porcentagem de pessoas com renda insuficiente (Po)	94,97	64,67	80,82	-	-	79,30	80,40	51,97	61,89	67,90	39,47	45,46
Densidade superior a 2 pessoas por dormitório	86,07	80,0	77,9	-	-	79,8	80,0	71,3	60,5	52,0	43,5	31,1
Abastecimento adequado de água	3,0	46,1	31,1	-	-	32,2	34,6	54,1	56,4	51,3	70,0	83,9
Instalação adequada de Esgoto	2,2	15,0	15,3	-	-	13,0	20,3	34,9	37,3	42,3	52,9	58,9

Fonte: PNUD

A síntese dos indicadores de qualidade de vida do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/ Fundação João Pinheiro/ IBGE - é um retrato das condições de desenvolvimento humano nos municípios brasileiros, levando em consideração as informações dos Censos de 1970, 1980 e 1991 agregados em três dimensões: longevidade, educação e renda.

A partir dessa síntese, expressa em coeficientes, foram apresentados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e o Índice de Condições de Vida – ICV. Em relação ao IDHM, o coeficiente varia entre 0 e 1, compreendendo a seguinte escala: menor que 0,500 – baixo desenvolvimento humano; entre 0,500 e 0,800 – médio desenvolvimento humano; e acima de 0,800 – alto desenvolvimento humano.

Os dados expressos na Tabela 01 retratam o desenvolvimento humano da microrregião Furos de Breves e do município de Breves, esboçando nitidamente as fragilidades da estrutura socioeconômica da região, se comparados aos índices de desenvolvimento humano do estado do Pará e do Brasil.

Analisando a evolução dos índices sintéticos percebe-se que o município de Breves e a microrregião apresentam índices de baixo desenvolvimento humano. O mais agravante disso tudo é que somente em 1991 foi possível reproduzir as condições de vida do Brasil dos anos 70, ou seja, há um profundo desequilíbrio no desenvolvimento regional e local.

Para se ter uma idéia do nível da desigualdade em relação a outras regiões do Brasil, basta destacar o ICV-Habituação, o IDHM–Educação e o IDHM-Renda. Esses índices são extremamente desfavoráveis para o município de Breves e para a microrregião dos Furos de Breves. Em 1970, o ICV-Habituação de Breves equivalia a 0,066 aproximando-se do extremo da escala de baixo desenvolvimento humano; em 1980 esse índice se elevou para 0,252 e em 1991 para 0,241, enquanto que o Brasil representava para o mesmo período 0,538, 0,663 e 0,758, respectivamente. Os indicadores de educação também são problemáticos, enquanto o

Brasil e o Estado do Pará apresentam índices de médio desenvolvimento humano, o município de Breves em 1991 ainda estava na faixa 0,300 (IDHM-educação).

Acompanhando o crescimento populacional da região, o município de Breves encontra-se em franco crescimento, em 1991 apresentava um número de 72.093 de habitantes, que subiu em 2000 para 80.158, ou seja, em menos de uma década houve um incremento populacional absoluto de aproximadamente dez mil pessoas, o que caracteriza Breves como o município mais populoso da Microrregião de Breves, possuindo sozinho cerca de 1/5 de toda a população da Mesorregião Marajó (IBGE, 2000).

No município de Breves pode se perceber uma forte convergência dos fluxos econômicos e sociais, o que o caracteriza como um mercado de intermediação de produto, fluxo de pessoas em busca de informações e serviços, pois a maior parte do sistema de infraestrutura econômica e social da mesorregião está instalada em Breves. Normalmente, as pessoas se deslocam de distritos como São Miguel dos Macacos para adquirir mercadorias, receber aposentadoria e outros serviços. Essa condição eleva a cidade de Breves ao posto de importante organizador do espaço microrregional.

Breves tem sua economia girando em torno do extrativismo da madeira, setor de exploração em que se perpetua uma constante verticalização, a partir da instalação de indústria de pré-beneficiamento de madeira. Nas décadas de 70 e 80, figurava como o 5º maior produtor de madeira em tora do Estado do Pará, era a fase de auge da exploração madeireira; em 1979 a produção de madeira em tora era da ordem de 400.000 m<sup>3</sup> e ao longo da década de 80 essa quantidade manteve-se constante em torno de 450.000 m<sup>3</sup>/ano (IBGE, 1996), o que não condiciona uma grande diversificação das atividades industriais, e sim a concentração no setor madeireiro e, em certos casos, no beneficiamento do palmito, também um produto oriundo do extrativismo vegetal.

É evidente a participação do setor industrial na atividade econômica do município de Breves que, apesar de pouco diversificado, se destacou por um fato interessante: o registro em 1979 de 100 empresas de pesca na microrregião Furos de Breves e 31, em específico no município de Breves, empregando cerca de 2.470 e 953 pessoas respectivamente (IDESP, 1980).

Segundo SOUZA *et al* 1998, a zona fisiográfica do Marajó e ilhas, considerada como área de pesca, não incluía o município de Breves, e não havia registro da existência de colônias de pescadores neste município. Atualmente, as informações obtidas não confirmam a identificação de estabelecimentos de pesca em funcionamento em Breves e na região dos Furos.

No setor primário nota-se uma característica peculiar na região do Marajó, principalmente na região das ilhas: não há a constituição de estabelecimentos econômicos legitimados, favorecendo, em primeira instância, a impressão de que não há comercialização de produtos agrícolas e extrativista vegetal em escala de mercado. Esse fato se valida para o setor agrícola em função da reduzida estrutura produtiva existente na região das ilhas.

Quanto ao extrativismo vegetal, muitas empresas detentoras de terras no município de Breves praticavam, e algumas ainda praticam, a exploração de madeira e palmito. Para melhor esclarecer esta questão, recorreu-se ao Censo Agropecuário de 1996 que aponta a seguinte identificação de estabelecimentos por grupo de atividade econômica, no setor primário no município de Breves: com lavoura temporária 936; com lavoura permanente 160; com produção mista 57; com horticultura 8; com pecuária 131; silvicultura e exploração vegetal 3.427; pesca e aquicultura 10; e, produção de carvão vegetal 1.

De acordo com o registro do censo agropecuário do IBGE de 1996, 4.499 informantes confirmam utilizar 148.432 hectares de matas e florestas naturais e 59 dizem possuir aproximadamente 485 hectares de áreas com florestas plantadas. Os indicadores da produção



extrativista das décadas de 70 e 80 demonstram a evolução desse setor. Durante os anos 70, a borracha e a madeira em tora eram os principais produtos de exploração contribuindo, respectivamente, com 38,5% e 61,5% da produção extrativista vegetal (IDESP, 1991).

Caracteriza-se no início dos anos 80 um deslocamento da dinâmica extrativista vegetal para o açaí e o palmito, em função da redução da participação da extração da madeira e do declínio da exploração da borracha (SOUZA *et al* 2002).

A retomada da exploração madeireira se dá em 1985, com um papel importante na totalidade da exploração vegetal. Ao longo dos anos 90, a atividade madeireira se mantém estável em torno de 200.000 m<sup>3</sup>, em função da pressão de ambientalistas e de órgãos de fiscalização ambiental, que exigem das empresas a implementação de métodos e políticas de manejos, já que as atividades, em sua maioria, sempre ignoraram a compensação ecológica e a sustentabilidade dos recursos renováveis.

A grande demanda das serrarias pelo produto estimula a extração clandestina de madeira, podendo se observar *in loco* o alto fluxo de embarcações transportando madeira ou abastecendo grande navios cargueiros, assim como, o grande estoque de madeira observado nas serrarias às margens dos rios, como se pode ver nas fotos 01 e 02, a seguir:

Foto 01: Navio de origem européia sendo abastecido no porto de Breves.



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Foto 02: Balsa transportando madeira em tora pelo Rio Mapuá



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Quanto à estrutura produtiva dos estabelecimentos agroextrativistas, verifica-se nas décadas de 70 e 80 o registro de quatro culturas temporárias: arroz, feijão, milho e mandioca. Segundo dados do IDESP (1991), a cultura de arroz de várzea já representou cerca de 40% da área cultivada em Breves. Em 1973, havia cerca de 5.000 hectares de arroz cultivados nesse município, porém em 1986 houve uma redução para 200 hectares. As demais culturas temporárias e permanentes pouco contribuem para o aumento da área plantada no município.

Em síntese, há uma situação de estagnação da produção agrícola em Breves. O perfil da estrutura produtiva é de agricultura de subsistência com pouca capacidade de inserção no mercado, devido à baixa produtividade, ausência de crédito para investimento em custeio e tecnologia. Além disso, as esferas de governo têm dificuldade de consolidar uma política agrícola para a região das ilhas.

### 2.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Como já dito anteriormente, o município de Breves apresenta sua produtividade agrícola de maneira estagnada, no que diz respeito ao seu dinamismo e principalmente quanto à diversificação de seus produtos. Na década de 70, e até a primeira metade da década de 80, a rizicultura ocupou um importante papel, mas devido à ausência de incentivo governamental e à dificuldade de obtenção de crédito, atualmente a área colhida de arroz no município de Breves não corresponde nem a 10% da área colhida há 20 anos atrás, conforme a Tabela 02. Em 1974, segundo o IBGE, a produção de arroz colhida em Breves foi de 3.600 toneladas, mas em 1995 não ultrapassou as 360 toneladas.

Tabela 02: Evolução da Produção das Principais Culturas Temporárias no Município de Breves, Microrregião Furos de Breves e Mesorregião do Marajó – 1994/2000.

Anos	Área Colhida (há)								
	Arroz (em casca)			Mandioca			Milho (em grão)		
	Muni. de Breves	Furos de Breves	Meso. do Marajó	Muni. de Breves	Furos de Breves	Meso. do Marajó	Muni. de Breves	Furos de Breves	Meso. do Marajó
1994	150	268	763	280	564	2.996	110	110	770
1995	200	305	746	550	947	3.550	120	120	120
1996	250	370	770	650	972	3.689	150	150	935
1997	300	862	1.264	650	1067	3.606	120	683	1256
1998	280	541	885	800	1059	3.551	140	577	1.155
1999	300	448	749	800	1059	3.352	140	642	1.136
2000	300	390	765	800	1085	3.427	140	623	1.007

Fonte: IBGE/PAM/SEPLAN/ESTATÍSTICA

Segundo os dados apresentados na tabela 02, pode-se verificar que a maior participação de Breves na produção de lavoura temporária se dá com o cultivo da mandioca, representando uma média de 30% da produção da mesorregião nos últimos 4 anos da série histórica, chegando em 1996 a possuir 92% da área colhida de mandioca em propriedades com menos de 100 hectares, o que demonstra a importância dessa cultura temporária para a agricultura familiar.

A produção de culturas perenes tem uma baixa participação na historicidade de funcionamento dos sistemas agroextrativistas do município de Breves, destacando-se em alguns momentos a cultura da banana que, em relação à produção total do Estado, apresenta uma expressividade muito baixa.

Em 1988, o Estado do Pará colheu cerca de 19.575 hectares de banana, em termos de área colhida a produção do município de Breves representou 0,06%. Em 1996, o Pará teve 19.376 hectares de área colhida de banana e a proporção da produção de Breves cresceu para 1,8%. Os dados referentes aos últimos anos da série histórica revelam o decréscimo da área colhida no município de Breves na produção dessa cultura, as demais culturas permanentes possuem uma participação insignificante na produção total do estado do Pará (Censo Agropecuário – IBGE, 1996).

Outro fato importante na estatística da produção agrícola do município de Breves é que, segundo o censo agropecuário do IBGE de 1996, havia cerca de 4.204 hectares de terras utilizadas no município com lavouras temporárias, o que representava cerca de 12% da área utilizada na região do Marajó com esse tipo de lavoura. A produção se concentrava especialmente nos estabelecimentos na faixa de menos de 20 hectares, correspondendo a 49% do total de estabelecimentos identificados no município de Breves, em 1996.

#### 2.4. EXTRATIVISMO

Caracteriza-se o extrativismo como uma das principais atividades econômicas do município de Breves, com exceção do extrativismo mineral que não é citado nas literaturas como uma prática típica da região.

Entretanto, as informações sobre o extrativismo em Breves não são consistentes. Por exemplo, a extração animal relativa: a) a pesca não possui um registro contínuo, apesar disso e mesmo que a região dos Furos de Breves não seja considerada uma área de intensa atividade comercial da pesca, há informações sobre a existência, no final da década de 70, de empresas ligadas ao setor. Além disso, não foi possível identificar estudos sobre a ictiofauna da região e sobre os hábitos alimentares das comunidades ribeirinhas e urbanas em relação ao consumo do pescado; b) sabe-se que a caça faz parte do cotidiano das famílias residentes na área rural de Breves, sendo inclusive uma das principais fontes protéicas, contudo o impacto da ocupação e do desflorestamento tem reduzido a quantidade de espécies (SOUZA *et al* 2002).

Fundamentalmente, dentre as atividades do setor extrativista o grande destaque é a extração vegetal, atividade realizada de forma intensiva e que sofreu ao longo da história uma certa modificação quanto aos produtos extraídos da floresta, subsidiada sempre pela demanda

comercial. Primeiramente, há a fase gomífera - iniciada desde o final do século XIX e que se estendeu até a primeira metade do século XX, cuja participação na produção estadual era significativa. Os dados mais atuais demonstram que ainda há a produção do látex coagulado, mas nem se compara com a produção das fases de auge da borracha.

Na região do Marajó, particularmente na área Furos de Breves, há grande exploração da madeira. A vegetação nativa apresenta muitas espécies comerciais como: Ucuuba (*Virola surinamensis*), Andiroba (*Carapa guianensis*), Angelim Pedra (*Hymenolobium prdraeum*), dentre outras. Essa riqueza vegetal transformou-se em uma atividade de exploração econômica para abastecer tanto os mercados local, regional, e nacional quanto o internacional. São diversas as conseqüências advindas da exploração da madeira, podendo ser exemplificadas em várias dimensões: crescimento demográfico; instalação de serrarias na região; alteração da cobertura vegetal e esgotamento de determinadas espécies vegetais – expansão da fronteira de desmatamento; acentuação da apropriação de terras por empresas privadas; intensiva exploração dos trabalhadores. A Tabela 03 demonstra a evolução da produção extrativista vegetal na década de 90 no município de Breves.

Tabela 03: Quantidade dos Produtos da Extração Vegetal no Município de Breves - 1994-2000

<i>Produtos</i>	<i>Quantidade Produzida (toneladas)</i>						
	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>
ALIMENTÍCIOS							
Açaí (fruto)	75	95	110	180	190	210	-
Palmito	2.800	2.500	2.770	2.550	2.350	2.220	-
MADEIRAS							
Carvão Vegetal	30	35	37	32	35	40	50
Lenha (m <sup>3</sup> )	65.000	60.000	75.000	72.000	70.000	60.000	50.000
Madeira em Tora (m <sup>3</sup> )	300.000	280.000	315.000	282.000	250.000	240.000	230.000
BORRACHAS							
Látex Coagulado	320	270	220	200	100	85	64
Látex Líquido	300	250	230	210	100	83	61

Fonte: IBGE - Elaboração: SEPLAN/ESTATÍSTICA

A identificação do setor extrativista vegetal como o mais dinâmico da economia de Breves gera um conjunto de controvérsias. Dentre os questionamentos normalmente evidenciados, destacam-se aqueles relacionados à degradação ambiental. Percebe-se que ao longo dos anos 90 a extração de madeira em tora tem se mantido constante. Há uma pressão dos órgãos responsáveis pela proteção ambiental no sentido de que sejam implementadas na região políticas de uso dos recursos florestais, por meio de manejo comunitário e licenciamento ambiental para Unidades de Conservação.

A extração de madeira na microrregião Furos de Breves tem contribuído para o aprofundamento da desigualdade social na região, pois o sistema de produção estabelecido ao longo de décadas é altamente concentrador de renda e mantém um tipo de relação de trabalho caracterizada pela exploração extrema da força de trabalho, sem garantia dos direitos trabalhistas e por causa das dificuldades de acesso aos serviços sociais, os trabalhadores são submetidos a uma situação extremamente grave de subordinação aos proprietários da terra.

## 2.5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Segundo as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os imóveis rurais no Brasil são cadastrados obedecendo quatro tipologias diferentes: 1) o minifúndio, cuja área é inferior a um módulo rural (70 ha - Breves); 2) pequena propriedade, cuja área varia de um a quatro módulos rurais; 3) média propriedade, área superior a quatro e até quinze módulos rurais; 4) grande propriedade, superior a quinze módulos rurais. Há, ainda, uma classificação dessas propriedades em duas subdivisões: produtivas ou improdutivas.

O município de Breves apresenta cadastrados no INCRA cerca de 572 imóveis, o que compreende uma área de 306.425,8 ha, sendo que somente 29 delas somam mais de 50% da área total e 212 minifúndios apenas 6.284,1 ha, isso demonstra uma acentuada concentração fundiária no Município, situação que se repete em todo Brasil, conforme demonstrado na Tabela 04.

Tabela 04: Estrutura Fundiária do Município de Breves – 2002

<i>Tipo</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Nº de Imóveis</i>
Minifúndio – < 1 Módulo rural	6.284,1	212
Pequena Produtiva – 1 a 4 Módulo Rural	1.679,7	11
Pequena Improdutiva - 1 a 4 Módulo Rural	29.005,0	198
Média Produtiva - > 4 até 15 Módulo Rural	7.201,0	13
Média Improdutiva- > 4 até 15 Módulo Rural	44.260,5	94
Grande Produtiva - > 15 Módulo Rural	42.644,0	10
Grande Improdutiva - > 15 Módulo Rural	172.330,5	29
Não Classificado	2.541,0	2
Não Concluído	480,0	3
<b>TOTAL</b>	<b>306.425,8</b>	<b>572</b>

Fonte: INCRA, 2002. Nota: (1) 1 Módulo Rural corresponde a 70 ha.

Essa tendência à concentração fundiária vem sendo identificada desde os anos 70. De acordo com os Censos Agropecuários do IBGE (Tabela 05) o número de estabelecimentos cresceu entre os anos de 70 a 80, sofrendo um decréscimo nos anos de 1985 a 1996, mas em contrapartida a área total em hectare (ha) aumentou significativamente entre os anos de 70 até 80, com uma redução no ano de 85, proporcionalmente ao número de estabelecimentos, voltando a crescer em 96, apesar do número de estabelecimentos ter sido reduzido no mesmo ano.

Tabela 05: Uso da Terra no Município de Breves 1970/1996

<i>CATEGORIAS</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>	<i>1996</i>
Número de estabelecimentos	2.441	8.188	7.069	4.730
Área em estabelecimentos (ha)	3.843	135.788	122.920	200.542
Área aberta				
Lavouras Temporárias	2.887	11.514	5.752	4.204
Pastagens (Plantada)	7	371	358	660
Matas plantadas	-	-	107	485
Não utilizadas	4	7.439	7.346	17.056
Pastagens naturais	6	349	127	269
Matas naturais	823	86.558	96.058	148.432

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. 1970, 1980, 1985 e 1996.

Esse aumento de quatro vezes nos estabelecimentos nos anos de 70 a 80, como esboçado na Tabela 05, se deve à chegada de um número cada vez maior de famílias para a área, segundo relatos de agroextrativistas e registros do IBGE, assim como ao interesse de exploração das terras, extração da borracha, cultivo de roças e, principalmente, de extração de madeira, por parte de grandes empresários, sendo que no cultivo o ponto de partida foram as lavouras temporárias, principalmente cultivadas para o sustento das famílias, nos anos de 70 e 80, com a redução dos números de famílias e estabelecimentos na microrregião, conseqüentemente, ocorreu um decréscimo nas áreas de lavoura, já que as famílias eram proporcionais ao tamanho da área plantada, ou seja, a necessidade de se implantar as lavouras temporárias decresceu.

Apesar de a microrregião não ser forte produtora de gado, as áreas de pastagem cresceram de maneira significativa com o passar dos anos, principalmente nos anos de 70 e 80, ocorrendo uma pequena redução no ano de 1985, como podemos observar na tabela 05, voltando a crescer posteriormente no ano de 1996.

As áreas não utilizadas, ou seja, áreas de mata, foram sempre proporcionais ao número de estabelecimentos. Nos anos de 70 a 85, pela redução e pelo abandono, algumas se tornaram capoeira. Já o desmatamento ocorrido na localidade tem um crescimento acentuado por todos os anos, isso se deve principalmente à forte ação exploratória de seus recursos naturais, como exploração madeireira e o extrativismo do palmito.

Segundo BARRETO *et al*, 1998, boa parte da matéria prima utilizada provém ainda do desmatamento não autorizado, embora a exploração extrativa seja uma atividade econômica importante, não só para o Pará como para o país, é o que ocorre em toda a microrregião de Breves, principalmente por pequenos agroextrativistas que se submetem à exploração dos recursos para poderem negociar a preços irrisórios, se comparados ao preço final do produto, com os chamados atravessadores.



Mas, não obstante a reconhecida importância desta atividade para a região, não se verifica a existência de qualquer técnica de manejo florestal ou mesmo de um planejamento pré-exploração para minimizar os danos à floresta em função da exploração, que é totalmente predatória (HOMMA, 1993).

Quanto à questão da posse das áreas no município de Breves, percebe-se que ao longo dos anos as condições se modificaram significativamente, isto é, houve um processo crescente de apropriação da terra por grandes proprietários, sendo que os pequenos produtores, normalmente em situação de ocupantes, foram quase que eliminados ao longo do processo de ocupação do território nos anos 90, como se pode ver pelos dados apresentados na tabela 06 a seguir:

Tabela 06: Número e Área dos Estabelecimentos Por Condição do Produtor. Município de Breves, Mesorregião do Marajó, Microrregião Furos de Breves e Estado do Pará - 1970/1996

<i>Unidade Territorial</i>	<i>Condição do Produtor</i>							
	<i>Proprietário</i>		<i>Arrendatário</i>		<i>Parceiro</i>		<i>Ocupante</i>	
	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área</i>
	<b>1970</b>							
Breves	689	1.786	875	1.549	296	15	581	493
Pará	64.608	8.349.338	7.892	187.316	2.797	201.021	66.145	2.017.153
	<b>1980</b>							
Breves	1.728	54.471	754	8.676	456	3.286	52.500	69.354
Pará	119.859	16.916.291	7.376	387.684	3.674	104.719	92.853	3.039.726
	<b>1985</b>							
Breves	2.005	64.400	240	2.944	1.541	21.432	3.283	34.142
Pará	153.715	21.111.789	11.500	460.285	5.494	121.869	86.042	2.763.073
	<b>1995/1996</b>							
<b>Breves</b>	3.623	178.504	26	794	10	261	1.071	20.983
Mesorregião do Marajó	17.058	2.402.843	128	2.279	563	32.254	9.177	252.5410
Microrregião – Furo de Breves	8.068	495.495	67	1.243	63	898	4.943	132.370
Estado do Pará	171.406	21.472.911	980	34.326	1.188	117.189	32.830	895.804

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. 1970, 1980, 1980 e 1995/96.

Nota: Em decorrência das informações disponibilizadas não foi possível homogeneizar a série histórica em relação a todas as unidades territoriais.

Em 1970, grande parte das famílias utilizava as terras de terceiros para iniciar seus trabalhos, visto que eram em sua maioria recém chegadas à microrregião, destacando-se a utilização das áreas pertencentes à União e a grandes empresários donos de madeireiras. Apesar disso, algumas famílias já possuíam seus próprios estabelecimentos, ocupando uma

área proporcionalmente bem maior (SOUZA *et al*, 2002), embora em número menor do que as famílias dos arrendatários.

Havia também as famílias que não possuíam lotes e nem renda e que, por isso, se apossaram de algumas áreas para desenvolverem o extrativismo e a agricultura, desta forma o número de ocupantes é bastante significativo, e a menor quantidade de estabelecimentos está relacionada às famílias de parceiros que trabalham a terra por meio de porcentagem, dividindo o trabalho e a produção, bem como as atividades extrativistas. Em Breves essa classe obteve a menor área, apenas 15 ha, como se mostrou na Tabela 06 acima.

Nos anos de 1980 a 1985 o número de estabelecimentos ocupados cresceu substancialmente, ocasionando uma grande quantidade de famílias em pequenas áreas, já que o número de famílias ocupantes não foi proporcional à quantidade de terra disponível, chegando a ser um dos maiores focos de ocupação de todo o estado do Pará, a microrregião possuiu metade dos ocupantes de todo o estado. Mas mesmo assim, os proprietários de terras aumentam cada vez mais suas áreas.

O trabalho em parceria também cresce, aumentando o número de parceiros nesse ano e provocando uma redução no arrendamento de terras na localidade, equivalendo a cerca de 1/5 do total de parceiros do estado do Pará, reduzindo-se porém no ano seguinte.

Nos anos de 1995 e 1996, os proprietários são a maioria, assim como sua área ocupada, ou seja, o número de proprietários cresce juntamente com suas áreas, já o número de ocupantes decresce à medida que as famílias obtêm lotes próprios, mas ainda existe nesse período um número elevado de famílias sem propriedade, ou seja, ocupantes, seguido de um número já reduzido de arrendatários e parceiros, que buscam a ocupação de terras próprias.

### 3. MAPUÁ – CONSTRUÇÃO HISTÓRICA ORAL

Diferentemente do que foi proposto no capítulo anterior, a caracterização e historicidade do município e mesorregião a partir de informações basicamente secundárias, quase que especificamente dados do IBGE, neste capítulo há preocupação em constituir um esboço da situação problematizadora da região específica do Mapuá a partir de relatos orais dos próprios moradores da região, enfatizando o relato daqueles com mais idade (anciões) que participaram da construção histórica do Mapuá.

Entende-se história oral, segundo BOM MEIHY (2000) como um estudo referente às experiências sociais de pessoas e de grupos... Uma história de tempo presente reconhecida como história viva.

Uma característica importante da história oral é sua vinculação com a política. Valendo como revisão de situações estabelecidas, ela, quase sempre, propõe alterações interpretativas que contrastam com a ordem vigente (BOM MEIHY, 2000).

Desta forma, e partindo-se dos pressupostos da pesquisa-ação participativa (THIOLLENT, 1992), considera-se de suma importância essa construção histórica oral da região alvo da pesquisa.

#### 3.1. AVIAMENTO DANDO DIREITO À POSSE DA TERRA

Segundo os depoimentos dos moradores mais antigos da região, as terras que hoje formam a unidade das oito comunidades às margens do Mapuá, inclusive a Comunidade Vila Amélia, objeto de estudo dessa pesquisa, reivindicadas pela Empresa Ecomapuá Conservação Ltda, pertencem a inúmeras pessoas que se estabeleceram na região há muitos anos atrás,

provavelmente descendentes de nativos e de europeus do período colonial. No início do século passado, com a extração da borracha, um número significativo de trabalhadores deslocou-se para a região e muitos comerciantes, atraídos pelo mercado de consumo, também se estabeleceram ao longo do rio Mapuá.

Com a chegada desses comerciantes, inicia-se uma relação de mercado baseada no “aviamento”, tipo de venda de mercadoria a prazo cujo pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um tempo especificado (MCGRATH, 1999). Os trabalhadores entregavam toda a sua produção em troca de mercadorias manufaturadas, porém, essa produção não conseguia pagar toda a mercadoria de que necessitavam para manter suas famílias e, assim, ficavam sempre devendo para o comerciante, devido aos elevados preços dos produtos, como mostram os depoimentos a seguir sobre os valores das mercadorias comercializadas no porto da comunidade no Mapuá:

*“É muito cara.(...) Tem mercadoria aí que ela traspassa pra 70%, 80% da que tu compra na cidade” (F.S. 78 anos).*

*“Basta que eu ti diga que um quilo de charque tem quem venda R\$ 8,00 aqui dentro do Mapuá. (...) Aqui não se vende frango pó quilo se vende por unidade, esta R\$ 7,00, R\$ 8,00 e R\$ 9,00, dependendo do tamanho” (M.S ).*

*“Café tem se acostumado ter um, R\$ 1,00, R\$ 1,20 uma bolsa = 100g. Sai por R\$ 12,00, R\$ 13,00 o quilo. Não é certo. (...) Só o mantimento do Pururu, mas se compra um quilo de traíra velha por R\$ 2,50 e R\$ 3,00, na salmoura ali. (...) Se vende, mas não tem condição de compra” (F.S.78 anos).*

Constituindo uma relação de paternalismo e clientelismo (PICARD, 1998) entre agroextrativistas, comerciantes e, ainda, alguns proprietários de terras que se faziam presentes na região. Com um ano ou mais de dívidas o comerciante obrigava o trabalhador a liquidar a sua dívida entregando sua terra, seu sítio, sua posse.

É assim que surgem os primeiros proprietários que concentram grandes áreas de terras nesta região. O relato seguinte ajuda a compreender melhor esse processo:

*“O proprietário daqui, antes, era um senhor por nome Fernando Alves, morava no Aramã, mas ele tinha tudo isso aqui, através do carancismo, a senhora viu falar no carancismo,(...) era que o freguês era humilhado, mesmo que fosse de outro terreno, mas transasse [troca da produção por mercadoria] lá com ele, ficava devendo uma importância, por qualquer coisinha, ele tomava aquela posse, isso tudo era assim tomado” (D. M. 60 anos).*

Assim, as terras foram apropriadas por F. A., comerciante que morava no rio Aramã, e vendidas por seu filho depois de sua morte para S. F., morador do Aramã, que continuou com a mesma relação de comércio. A produção da borracha era a principal base produtiva daquela época, no entanto, o trabalhador conseguia desenvolver alguma atividade agrícola, como roça de mandioca. A maior parte da produção da roça era para o consumo, mas de tudo que se produzia tinha de pagar 20% para o proprietário.

Parte da farinha produzida era entregue na cantina (Fotos – 03 e 04) em troca de outra mercadoria, não se pagava em dinheiro. No final dos anos 60, a economia da borracha é substituída pela extração da madeira.

*“Depois da borracha apareceram indústrias, encomendaram madeira e a borracha parou (...), a madeira venceu a borracha, o patrão já não quis mais a borracha, porque a madeira dava mais resultado, dava mais dinheiro...” (F.S. 78 anos).*

Foto 03: Casarão utilizado como cantina pelo patrão no passado.



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Foto 04: Estrutura de Cantinas ainda presentes na região do Mapuá.



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Na década de 80 do século passado, os Félix vendem suas terras para uma empresa japonesa Santana Madeireira que industrializava os produtos madeireiros, Santana Madeireira. Esta empresa só extraía virola, espécie de árvore muito encontrada na região. Todas as atividades só eram realizadas durante o período chuvoso por causa da facilidade de arrastar a madeira, no período seco eram suspensas as atividades, fato que não impedia os trabalhadores de extrair madeira.

Os Felix, mesmo vendendo as terras para a empresa japonesa, não se afastaram da área, continuaram mandando e tendo controle sobre os trabalhadores, já que ficaram como fiscais locais da gerência da empresa. Devido a isso, no período em que não se extraía a virola para a empresa, os Felix determinavam que os trabalhadores extraíssem outros tipos de madeiras. Segundo o depoimento abaixo, este processo ocorria da seguinte maneira:

*“...mas através disso, muitas vezes se tirava outra madeira, porque o próprio fiscal do terreno foi o Sabá Felix, que depois de vender ficou fiscal, mas era ele o patrão e chegava a época do verão, o japonês parava com a madeira. Aí ele comprava outras coisas (...) sei que ele comprava e nós éramos obrigados a vender, como somos agora ... era só ele que podia comprar, que vinha, entrava aqui e comprava ” (F.S. 78 anos).*

A Santana Madeireira não atuou muitos anos na região, pois a quantidade de madeira retirada não justificava os elevados gastos devidos às grandes dificuldades de extração e transporte da madeira.

*“... Em 1984 a propriedade era alugada pros Felix. A atividade lá só era trabalhar com madeira, algumas vezes palmito, mas palmito era muito pouco na área. Essa época era da Santana Madeira. A Santana Madeira faliu, eles alugaram pra eles, aí eles ficaram trabalhando. Como eles eram vendedor e amigos dos donos, eles negociaram pra tirarem a produção e pagavam o arrendamento pra Firma ” ( R.C.B 49 anos).*

Com a falência da firma Santana Madeireira, as terras voltam para as mãos dos Felix, em forma de arrendamento. Sem um local certo para entregar a produção, o povo da região era obrigado a vender o produto exclusivamente para os Felix. A exploração sobre os

trabalhadores era tão grande que o prefeito, acionado pelo sindicato rural, teve que intervir e segundo este depoimento lá “... *estava tudo parado (...) então o prefeito Gervásio, que entrou com o sindicato aqui e tal, e tirou essa privação do Sabá Felix, privando aí o povo*” (F.S.88 anos).

As pessoas nesta época estavam passando muita fome, pois não tinham como vender para se manter, era muito pouco o que se pagava pela produção:

*“Estavam quase morrendo de necessidade, muitas vezes, não tinha nem uma rede pra dormir dentro, né? Quando adoecia cadê o recurso? Aí foi obrigado o prefeito intervir nisso pras pessoas terem uma condição de vida. Ele que liberou o terreno pra gente viver”* (D.M.60 anos).

Este sofrimento não era passado apenas pelas pessoas residentes na área da empresa Santana Madeireira, mas por todos que moravam no rio Mapuá, segundo esta informação:

*“Grande monstruosidade que acho tem bem 3 a 4 mil pessoas ,[no] Mapuá todo e sofria, porque muitos que tinham um pedacinho de terreno, mas também não podia vender porque não tinha comprador e o recurso não dava pra você varar aí pra vender lá em Breves, porque tanta fome não deixava...”*. (F.S. 78 anos).

Depois da intervenção do prefeito e do sindicato houve um período de menos penosidade, como se pode sentir por esta fala:

*“Ambos deu pra gente não se queixar muito, não tinha prosperidade, quer dizer que cada mês eu compro patrimônio, uma coisa não tinha, mas pra despesa, já não se passava necessidade, quando se precisava ir à cidade se adoecesse uma pessoa, se podia levar porque ate arrendavam embarcação, fiado e tal, quando chegava ia trabalhar e pagava, né? Então era bom por isso”* (F.S. 78 anos).

Então, em 1999, quando a direção da firma se reaproxima, agora com o nome de Ecomapuá Conservação Ltda, o estado de liberdade por que passavam é atingido pela proibição da extração de madeira e de palmito determinada pelo novo responsável. Fazendo com que decorressem inúmeros questionamentos e discussões sobre o dinamismo que os próprios agroextrativistas estabeleciam enquanto trabalhadores da comunidade, assim como

sobre o direito e liberdade de a família desenvolver suas atividades a partir da lógica preestabelecida enquanto uma unidade produtiva

### 3.2. MISCIGENAÇÃO, UMA CONFORMAÇÃO SOCIAL

A população das margens do rio Mapuá tem uma história social que se confunde com a história de formação de toda a região Amazônica, pois as populações agroextrativistas foram se constituindo a partir das comunidades nativas que ali se encontravam, sendo aos poucos miscigenadas com a chegada dos europeus no período colonial e mais tarde com a chegada, provavelmente no final do período da economia da borracha, de pessoas vindas do Nordeste Brasileiro.

O processo de ocupação da região ao longo do rio Mapuá tem início na busca de novos meios de produção e mercado, isso por parte de grupos interessados em continuar e/ou expandir as suas atividades produtivas, mas, segundo depoimentos de moradores mais antigos acerca das ações de seus antepassados, a grande maioria das pessoas não tinha noção do que realmente iria fazer. Alguns vieram iludidos pelo sonho do eldorado. Chegando no rio Mapuá se depararam com uma realidade totalmente diferente daquela sonhada. Tiveram que enfrentar o chamado estranhamento em função das especificidades naturais e das relações de exploração desenvolvidas na região pelos ditos patrões e ainda o descaso do poder público.

Desenvolveu-se na região uma rede de exploração mantida à base do monopólio da venda da produção dos trabalhadores que ali se encontravam, destinada exclusivamente ao empresário e/ou comerciante, que ia se apossando das terras dos trabalhadores na medida em que estes não conseguiam liquidar as dívidas contraídas na compra de gêneros alimentícios, munição, combustível para iluminar a casa, etc.



Como a exploração inicialmente era feita a partir de uma atividade sem fronteira, os agroextrativistas não se condicionavam a um limite físico-espacial definido para desenvolver suas atividades exploratórias. Com a chegada dos empresários e comerciantes, começa a haver reivindicação de posse por parte destes, que passam a se posicionar como donos dessas terras.

Segundo depoimentos dos moradores:

*“Os primeiros que ocupavam a área eram os trabalhadores, estes transformavam em sítios produtivos, desenvolviam agriculturas e realizavam benfeitorias, tipo: casa de moradia; casa de farinha;(foto 05 e 06) etc. Isso despertava no Capataz (espécie de administrador) o interesse de se apropriar deste espaço social, construído pelos trabalhadores” (D. M. 60 anos).*

Foto 05: Casa de morada



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Foto 06: Casa de Farinha.



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Na região, começam a surgir, então, as grandes delimitações territoriais, grandes concentrações de terras, sob o domínio de patrões e, também, a total dependência dos trabalhadores a eles. Dessa maneira o sonho do *eldorado* se esvai nas dívidas constantes e eternamente manipuladas pelos comerciantes.

O proprietário torna-se para aquela população o único gestor e responsável pelos contatos externos, era ele que trazia do vestir ao comer (já que além da caça e da pesca, os enlatados faziam parte significativa da dieta alimentar). As preocupações voltadas para

educação, saúde, moradia, transporte, etc., passavam primeiramente por sua compreensão. O governo local a ele pertencia, qualquer esfera de Governo era relacionada primeiramente ao patrão, conformatando uma elevada e estreita relação de clientelismo e paternalismo (PICARD, 1998). Essa realidade contribuiu para se criar uma sociedade de indivíduos desinformados no que se refere ao acesso ao conhecimento de seus direitos e deveres como cidadãos. Enquanto os padrões tornam-se cada vez mais ricos, em detrimento da miséria social generalizada na região.

Essa histórica conformação social criou nas populações ao longo do rio Mapuá uma característica de passividade e dependência nas relações e redes estabelecidas com esses proprietários de terras e comércios, chegando a ponto de um dos agroextrativistas de Vila Amélia afirmar, em seu relato sobre a constante miséria em que se encontram, que há na verdade a falta de um patrão, ou seja, a atuação de uma pessoa que estabeleça com eles as costumadas e rotineiras trocas de mercadoria por matéria prima, seja madeira ou palmito.

Outrora dependente das relações com os senhores proprietários, a população tem como base de sustentação a forte relação de parentesco e vizinhança, beneficiando, por um lado, a rede de solidariedade que consegue contornar as deficiências originárias da ausência de ação pública, mas, por outro lado, esta relação de parentesco tem beneficiado a atuação de maus políticos, na medida em que facilita a formação de currais eleitorais.

Quando existe, uma política social traz sempre em suas ações a representatividade de interesses pessoais, seja do político regional ou de um morador em evidência, diretamente ligado a um político que busca na região a intenção de voto, o que dificulta a separação entre o espaço público e o espaço privado, um típico exemplo disso é a implantação de escolas em casa de família, mesmo quando existe na comunidade uma infra-estrutura própria a esta atividade, ver fotos 07 e 08 a seguir:

Fotos 07 e 08: Escolas funcionando na casa de um agro-extrativista



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

A maioria dos grupos familiares está ligada a uma liderança representativa de um político, o que facilita a indistinção entre ações públicas e privadas na comunidade, essa relação tem raízes históricas e nem mesmo as ações das Comunidades Eclesiais de Base conseguiram romper este vínculo, sobretudo porque a Igreja local prioriza as relações vinculadas diretamente ao crêdulo, e quase não avança para as questões intrigantes das relações sociais como um todo.

É inexpressiva a presença de Organizações Sociais de interesse coletivo, a ação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, por exemplo, não tem acompanhado devidamente seus membros, pois muitos estão associados para no futuro poderem usufruir da aposentadoria rural. Isto quer dizer que não existe ação concreta do Sindicato para possibilitar a melhoria local.

A presença do Governo, através de suas representações federais, estaduais e municipais, só se faz sentir quando há interesse eleitoral. Ainda são visíveis as ações governamentais voltadas para beneficiar fundamentalmente o interesse empresarial. As representações da sociedade civil organizada, como o Sindicato dos Trabalhadores na Educação, têm pouca expressividade. Apesar de apoiarem as comunidades em suas poucas reivindicações, não conseguem atuar efetivamente, inclusive por conta da distância entre a cidade de Breves e a comunidade Vila Amélia, ao longo do rio Mapuá.

Na região do rio Mapuá o setor da saúde tem suas atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários, que são pessoas da própria comunidade com um certo grau de escolaridade e capacitadas para desenvolver as tarefas que lhes cabem, como campanhas de prevenção, controle de doenças e encaminhamento para os centros hospitalares, quando isso for preciso.

Ainda na área da saúde, é preciso chamar atenção para as condições de desnutrição entre as pessoas, principalmente, entre as crianças, ocasionada pela falta de alimentação adequada. Os hábitos alimentares pouco valorizam as hortaliças, por isso, são poucas as famílias que cultivam a terra com esse objetivo, somado a essa desnutrição destaca-se o elevado índice de doenças transmitidas pelos mosquitos, como a malária e outras.

A taxa de analfabetismo é alta em todas as faixas etárias. A falta de professores qualificados faz reproduzir um ciclo de informações muitas vezes defasadas, o que é agravado com o modelo de educação rural vigente no país, as classes multisseriadas, e com a falta de outros recursos didáticos que não sejam apenas o quadro de giz e os livros didáticos que, em sua maioria, estão muito distanciados da realidade local.

### 3.3. ORIGEM E INSERÇÃO DA ECOMAPUÁ CONSERVAÇÃO LTDA NA REGIÃO DO RIO MAPUÁ

A Superfina Madeira Ltda, nome inicial dado à empresa, foi fundada em 1970, logo depois passou a ser uma S.A., que tinha sua movimentação acionária subsidiada pelo capital

japonês. A partir de uma negociação com o Sr. Sebastião Felix, a empresa assume o comando dos 98.362 hectares, pois os Felix eram os supostos donos da área.

Entre 1975-1978, a empresa implantou uma fábrica de lambril na ilha de Santana. Ocorre nesse momento a mudança no seu nome para Santana Madeireira Ltda, nesse período a principal fonte lucrativa da empresa era a exploração da madeira, principalmente a virola, o que intensificou a extração desse produto, atraindo outros fornecedores, cerca de 25, advindos de Gurupá e Almeirim e de regiões fora do Estado do Pará.

A empresa chegou a empregar no momento de auge cerca de 350 trabalhadores diretos, além dos trabalhadores terceirizados que atuavam nas áreas de propriedades da empresa sob o comando de “patrões”, como os Félix. A sede da empresa funcionava em Belém, mas havia filiais em Macapá e São Paulo.

A unidade fabril funcionava na Ilha de Santana, no Amapá, exigindo o transporte das toras de madeiras em jangadas auxiliadas por embarcações apropriadas. Apesar disso, segundo relatos, havia grande dificuldade de transportar as toras de madeiras, pois devido às fortes correntezas dos rios, muitas toras se soltavam da jangada, ocasionando perdas, cujas projeções eram em torno de 10% do total de madeira transportada.

Em 1978, a empresa enfrentou uma sériíssima crise, levando um dos diretores a sugerir a paralisação das atividades, pois não estava havendo retornos financeiros satisfatórios para a internacionalmente reconhecida empresa. Assim, houve demissão em massa. Os trabalhadores foram informados de que a empresa não tinha mais interesse em manter as atividades de exploração da madeira na região. Exatamente em 20 de fevereiro de 1978, a empresa encerrou suas atividades, tendo assumido apenas os últimos compromissos de exportação que venciam até julho do mesmo ano.

Em decorrência da necessidade de ter um monitoramento da propriedade, manteve-se um pequeno *staff* administrativo, responsável pela articulação com os moradores da área da

empresa. Esta não tinha interesse em manter um aparato capaz de ocupar efetivamente as terras, pois transferiu essa responsabilidade para os “patrões” das áreas. Na região do Mapuá, as terras foram transferidas para o controle do Sr. Sebastião Félix. Inicialmente havia um contrato entre a empresa e os arrendatários, mas havia dificuldade por parte destes últimos em cumprir os pagamentos. Assim, a empresa desobrigava-os de qualquer custo financeiro, apenas negociava a garantia do domínio sobre as áreas.

A relação da empresa com os “patrões”, ou seja, o explorador direto do trabalho no interior das comunidades agroextrativistas, era de responsabilidade mútua. Por um lado, a empresa garantia a compra do produto extrativista e, por outro, o “patrão” mantinha a relação de subordinação dos trabalhadores extrativistas, por meio de mecanismos como o endividamento e a dependência quase total das famílias nas distantes localidades do Mapuá.

Estudos como o de PICARD (1994) mostram que essa relação estabelecida entre os agroextrativistas e os patrões, além de contribuir para as necessidades destes últimos, serve também como uma forma de condicionar os agroextrativistas, isso por ter sempre alguém com “força” para comprar ou trocar por produtos manufaturados a sua produção. Ainda nesse sentido, MCGRATH (1999) afirma que o endividamento, para aquele que tem dificuldade de comercializar os seus produtos, serve como uma segurança para estabelecer cada vez mais uma continuidade na relação já existente, garantindo a comercialização da produção.

Em contrapartida, quando a empresa paralisava sua atividade econômica na região começavam muitos conflitos pela posse da terra, através dos questionamentos sobre os direitos de propriedade atribuídos aos “patrões”, em detrimento dos agroextrativistas, isso porque estes perdiam a garantia de comercialização e fluíam a incerteza e a insegurança, pois não tinham para quem vender e nem tampouco a definição de suas áreas para a produção em específico de uma determinada cultura, quadro agravado quando o suposto arrendatário da terra impunha aos agroextrativistas um monopólio (MANKIW, 1999) na compra da

madeira extraída. Muitas vezes a diretoria da empresa acabava intervindo como mediadora dos conflitos, mas, ao final, sempre mantinha o poder do “patrão” na área.

Nos anos 90, os Félix assumem definitivamente o controle da área da empresa, pois não havia outra saída. A exploração de madeira na região do Mapuá já não era economicamente rentável para a empresa, porque ela necessitava de madeira de grande porte, madeira de lei, que não estava tão disponível na região, sendo necessário recorrer a outros fornecedores. Por isso, a manutenção dos Félix na região era importante devido à representação de poder que possuíam juntos aos trabalhadores extrativistas:

*“...O seu Sebastião funcionou como um cara que falava a língua das pessoas de lá. Um fornecedor...Ele era o representante da empresa junto às pessoas. Nisso ele envolvia também o comércio dele (F. P. 2002)”.*

No final dos anos 90, retoma-se a discussão sobre o direito de propriedade na área. Os moradores são comunicados que as terras foram vendidas para um grupo de empresários brasileiros. Reacendem-se novamente os conflitos pela posse da terra na região. Algumas comunidades resistem aos novos proprietários, outras iniciam um diálogo, reivindicando melhorias e principalmente solução para a situação de pobreza a qual estão submetidas.

A direção da empresa, que assumiu recentemente o direito da propriedade, passa a reivindicar os “legais” direitos por meios de uma ação que se configura na realização de estudos sobre a viabilidade de implementação de projetos de desenvolvimento sustentável (KITAMURA, 1994) cujas bases são: implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável participativo, envolvendo as comunidades e as entidades governamentais e não governamentais locais; implantação de um projeto para a redução da pobreza e conservação da floresta e da biodiversidade; realização de parcerias locais, nacionais e internacionais; fomento de negócios sustentáveis; e, implantação de um projeto com base no mecanismo de desenvolvimento limpo (protocolo de Kyoto) – seqüestro de carbono.

Com esse intuito, a primeira medida é a substituição da razão social da empresa, que passa agora a se chamar *Ecomapuá Conservação Ltda.* A partir daí a empresa começou a

divulgar o interesse em implementar projetos de conservação da biodiversidade e de manejo florestal (LOPES, 2000), ampliando suas ações no âmbito da responsabilidade social e proporcionando benefícios às famílias residentes na área do rio Mapuá. O ponto central da proposta feita pela direção da Empresa se fundamenta na iniciativa e perspectiva de transformar a área aproximada de 98.000 hectares em uma Unidade de Conservação do tipo Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS (AYRES, 1996).



## 4. A AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE VILA AMÉLIA

### 4.1. A ORIGEM DA COMUNIDADE

A origem da comunidade Vila Amélia no rio Mapuá está intimamente ligada a um processo de miscigenação dos povos nativos com os europeus e os africanos. As suas raízes na região se dão a partir dos povos ameríndios que estabeleciam nesta planície a sua morada, onde se encontravam quando chegaram os europeus e africanos. Mais tarde, com o advento da economia da borracha, esta população foi ampliada com a chegada da frente migratória vinda do Nordeste Brasileiro. A partir daí não houve nenhuma alteração significativa nesta estrutura que possa ter alterado seus padrões culturais.

Muitos chegaram ao local, segundo depoimentos dos moradores antigos sobre seus antepassados, sem ter noção do que realmente iriam fazer. Alguns vieram iludidos pelo sonho do *Eldorado*, como afirma uma pessoa entrevistada ao dizer que “*pensavam que vindo para Amazônia iriam enriquecer*”. Chegando ao Mapuá se deparam com uma realidade totalmente diferente da sonhada. Enfrentaram muitos problemas para se adaptar à realidade do local, muitos foram afetados por doenças como a malária e outras.

No momento em que surge um novo processo de ocupação, com os imigrantes nordestinos, parece haver uma reordenação social. Segundo CONCEIÇÃO, 2001,

O dinamismo é trazido pelas forças externas, geralmente pelo colonizador ou pelo governante, restando ao setor interno (local) seguir os rumos dados pela definição da ocupação, geralmente um surto econômico ou uma inovação.

Dentro de um surto econômico ou uma inovação, no período da borracha desenvolveu-se na região uma rede de exploração mantida com a prática do aviamento, que acompanhou todo o processo da história social desta região. O fortalecimento do aviamento foi facilitado pela ausência do governo no local.

A região do Mapuá, durante muitos anos de história de ocupação, não foi beneficiada com políticas públicas. Sem a presença efetiva do Estado, através de representações como escola, posto de saúde e outros, os proprietários e comerciantes da área estabeleceram regras e normas para exercer seu poder sobre os moradores agregados em suas terras. O poder que prevalecia era dos proprietários, muitas vezes o governo tinha o patrão como aliado. O patrão era o governo, já que o Estado estava ausente, e por ele passava o acesso aos bens de consumo da população.

Esta estrutura serviu de base para a formação de uma sociedade com indivíduos mal informados e pouco críticos. Nesta condição é que se abre o campo para o desenvolvimento de práticas políticas clientelistas e paternalistas. Estas práticas parecem servir como estratégia dos padrões para manter o seu poder sobre os trabalhadores. Portanto, é dentro desta radiografia social que ocorre o processo de formação social das populações do rio Mapuá.

#### 4.2. A EXPRESSIVIDADE DA RELIGIOSIDADE NA COMUNIDADE

A Comunidade para toda a população do Mapuá é organizada a partir da sua religião. Em Vila Amélia, a maioria das famílias se diz vinculada à Igreja Católica, com duas famílias pertencendo à Igreja Evangélica. Esta informação foi confirmada pelos próprios moradores, pois 89,50% identificaram-se como pertencentes à igreja católica. Os 10,5% como

pertencentes à igreja evangélica, o que caracteriza a ausência de outros credos além do católico e do evangélico.

As reuniões religiosas (Foto 09) são pontos de partida para as discussões sociais e problemas comuns da comunidade, como relata, FERRÃO *et al*, 2001:

Toda a ação voltada para o social, parte das organizações das Igrejas, isto é, as reuniões para os atos religiosos se estendem da reverência a Deus através das leituras do livro sagrado até as discussões sobre os problemas sociais.

Foto 09: Reunião Religiosa realizada geralmente nas manhãs de domingo.



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Como pode ser observado, todas as atividades são desenvolvidas em torno do núcleo de crédulos, realizando festas dançantes e outros tipos de manifestações na área da comunidade. Desta forma, tem-se que o coletivo se compõe a partir da religiosidade. Cerca de 63,27% dos “chefes de famílias”, em uma pergunta de múltipla escolha, afirmaram considerar como pessoa da mesma comunidade aquele que frequenta a mesma capela comunitária da qual fazem parte; 22,44% dizem ser as pessoas que moram próximo a sua casa.

Estes dados revelam que as famílias vivem entre dois grupos sociais de organizações, um formado pelo credo, que é a comunidade religiosa, e outro formado pelo grupo de

vizinhança. Quanto ao grupo de vizinhança, observa-se que na verdade é o mesmo grupo de parentesco, porque a maioria das famílias ocupa uma área e como mora por muitos anos ali, sua prole vai aos poucos construindo novas habitações e daí quase todo vizinho é membro da família que primeiro ocupou essa terra, geralmente são irmãos, tios, sobrinhos, cunhados, avós, sogros, noras, genros, etc.

O fato de 14,29% dos entrevistados responderem que os membros de sua comunidade são os grupos de trabalho do qual fazem parte é um dado importante. Entende-se que o trabalho é realizado, em grande parte, em família, e esta, está cercada dos parentes, sendo estes parentes seus vizinhos, dizemos, então, que seu grupo de trabalho é o mesmo grupo de parentesco. Conclui-se que existem, na verdade, dois grupos sociais bem delimitados que compõem sua organização social, o grupo religioso e o grupo de parentesco (SOUZA *et al*, 2002).

A comunidade tem sua representatividade vinculada a uma pessoa de destaque, o líder da comunidade, que é, ao mesmo tempo, o dirigente religioso. Isso porque foi escolhido pela maioria num determinado momento ou a sua pré-disponibilidade serve como uma determinação de autodenominação. O dirigente geralmente é leigo, tendo que receber orientações e capacitações junto à paróquia do município.

A determinação do local da sede comunitária se dá em função de se cultivar a imagem da santa por muitos anos naquele mesmo lugar, isto justifica o que GALVÃO (1955) afirma: “entre as populações da Amazônia muitas vezes uma determinada imagem de um santo é para os devotos mais poderosa do que o próprio santo”. Daí a devoção à Nossa Senhora das Graças da Vila Amélia e não à outra imagem de Nossa Senhora das Graças de outro local.

As festas de devoção a esta santa eram organizadas pelo proprietário que tinha uma imagem de sua devoção, a qual acabou virando a santa de devoção de todos os moradores da

área. Em algumas festas mais famosas, o padre vinha realizar casamento, batizado, crisma, primeira comunhão, fora dessas circunstâncias, o padre não visitava aquele local.

As visitas do padre, agora, não ocorrem só pela data da festividade, mas sim nos dias de realização de algum encontro promovido pela comunidade ou entre as comunidades e lá geralmente ocorrem casamentos, crismas, batizados.

É em torno da comunidade com base na religião que surgem a escola, os serviços de saúde e outros. A comunidade tem como estrutura uma pequena capela e um barracão comunitário (ver Foto 10), e é composta por grupos de pessoas que têm o papel de dirigir, construir estrutura física e zelar. As reuniões, que têm cunho religioso, geralmente acontecem pela manhã dos dias de domingos.

Foto 10: Centro Comunitário e Capela da Comunidade Vila Amélia



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Apesar de ser no espaço da comunidade que surgem as discussões sobre as necessidades, não existe organização social com luta política explícita sobre o desenvolvimento local, o que implica dizer que a comunidade existe mais para a prática religiosa e menos para a prática social (FERRÃO *et al*, 2001).

#### 4.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Como descrito no item anterior, a organização social da comunidade tem base na relação religiosa e de parentesco. Destacando-se o fato de que os interesses da família parecem se sobrepor aos interesses coletivos, por isso, uma organização social que foge à estrutura de parentesco tem pouca representatividade e mesmo as atuações voltadas para uma organização com ações coletivas, implantadas pelas comunidades religiosas, não têm mais força do que as ações das famílias, porém é através delas que parece surgir a discussão em busca de formas de organização social que possam apresentar novas formas de atuação para as ações sociais. A história de dominação com base na relação de patrão e empregado fez as pessoas aceitarem as condições de vida que eram impostas.(FERRÃO *et al*, 2001).

A historicidade de formação da população fez com que as pessoas fossem se organizando em grupos de parentesco e vizinhança, fortalecendo um ciclo de reprodução social entre si. Os contatos com a sociedade macro são poucos, daí serem buscadas alternativas de sobrevivência na floresta.

Nesse sentido, a floresta ganha mais do que nunca um significado de valor, já que são seus derivados que contribuem diretamente para a subsistência familiar, vale ressaltar o fato da utilização da floresta não só como fornecedora dos produtos madeireiros, mas também como importante contribuição na extração de produtos florestais não madeireiros, como mostra, MEDINA (2003) em sua pesquisa numa comunidade no Alto do Rio Capim.

O fato de a população manter poucos contatos sociais com o meio envolvente, caracterizando contatos secundários, por intermédio quase sempre do proprietário, fortalece a relação de parentesco e vizinhança, beneficiando a rede de solidariedade para contornar as deficiências apresentadas pela falta de ação pública mais efetiva. Mas por outro lado, esta relação de parentesco tem beneficiado também a atuação de políticos que vão à região só no

período de eleições fazendo promessas e, quando eleitos, não apóiam ou aprovam projetos para melhoria da área. Mesmo assim, algumas famílias se sentem na obrigação de votar em determinados candidatos porque se dizem seus parentes, ou porque lhes cederam o pedaço de terra para morar (SOUZA *et al*, 2002).

Essa situação se agrava devido à baixa eficiência das ações dos representantes dos trabalhadores agroextrativistas junto ao poder legal. Nesse sentido, é digno de nota o fato de o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Breves – STR/ Breves, com sede na cidade de Breves, ter tido pouca expressividade na área nos últimos anos, reiniciando sua atuação depois da solicitação dos trabalhadores para lhes apoiar nas negociações relacionadas a questões fundiárias, junto à Empresa Ecomapuá.

A presença de Organizações Sociais de interesse coletivo é inexpressiva, a ação do Sindicato de Trabalhadores Rurais não tem acompanhado devidamente seus membros, muitos estão associados para no futuro poderem usufruir da aposentadoria rural.

Segundo depoimento de alguns moradores, no passado o STR/ Breves havia atuado com mais expressividade, tendo no corpo de delegados um representante do rio Mapuá, o que tornou possível efetivar algumas ações voltadas para a quebra do monopólio e do monopólio comercial dos patrões na área dando abertura para outros comerciantes.

#### 4.4. A TERRA COMO PARTE DA IDENTIDADE

Segundo VAZ FILHO, 1996,

Os ribeirinhos da Amazônia possuem uma cultura rica e original, herdada em parte dos seus ancestrais ameríndios, onde se destacam a crença em seres ‘encantados’, que habitam as matas e os rios, e um respeito muito grande pela natureza. A sua adaptação ao ecossistema regional é considerado como ótima devido a uma relação de equilíbrio, cujas bases foram firmadas ao longo dos

últimos 400 anos, quando essa população teve as suas culturas particulares destruídas e passou por um processo de homogeneização, que se deu fundamentalmente através das missões jesuíticas (tupinização) e do 'Directorio dos Índios' pombalino. Mesmo com a ação desorganizadora dos portugueses sobre o padrão cultural ameríndio, a atual cultura dos ribeirinhos é profundamente marcada por essa matriz.

No rio Mapuá, a exploração do trabalhador está na base da organização do espaço social, o que sem dúvida impossibilitou a constituição de redes de relações com práticas mais democráticas na ocupação do espaço. A dependência ocasionada por esse fato, baseada no comércio de aviamento, favoreceu a relação no sentido patrão-trabalhador, o que conseqüentemente impossibilitou ações políticas que atraíssem melhorias para a região. Essa relação tem conseqüência inclusive na relação de identidade com a terra por parte dos agroextrativistas.

Acontece que a terra, apesar de ser vista como algo de maior significado para os agroextrativistas, em certos momentos tem a expressividade de algo que está num rito de passagem. Ao mesmo tempo em que lhe é palpável, agricultável, de repente, não é mais, porque é outra pessoa quem dita ordem na sua atuação sobre ela, fazendo com que se estabeleçam constantemente dúvidas sobre suas ações. É uma identidade pautada numa relação conflituosa. Deste modo, as pessoas vivem entre o conflito de ver, de uma hora para outra, aquilo que é tudo para ela se transformar em algo distante e irreconhecível.

A identidade se constituiu, sendo a terra muito mais do que o meio de produção, transcendendo para um convívio em que se estabelece toda a lógica de sua organização social. Os agroextrativistas de Vila Amélia sentem pela terra, assim como por tudo que nela se encontra, a sua identidade, por isso não vêm alternativa de sobrevivência fora dela.

Segundo KITAMURA, 1994,

... mesmo em estado de pobreza, não levam à predação do meio ambiente, entre outras as comunidades extrativistas e as de pescadores... a origem do processo de destruição está no desequilíbrio dos sistemas tradicionais.

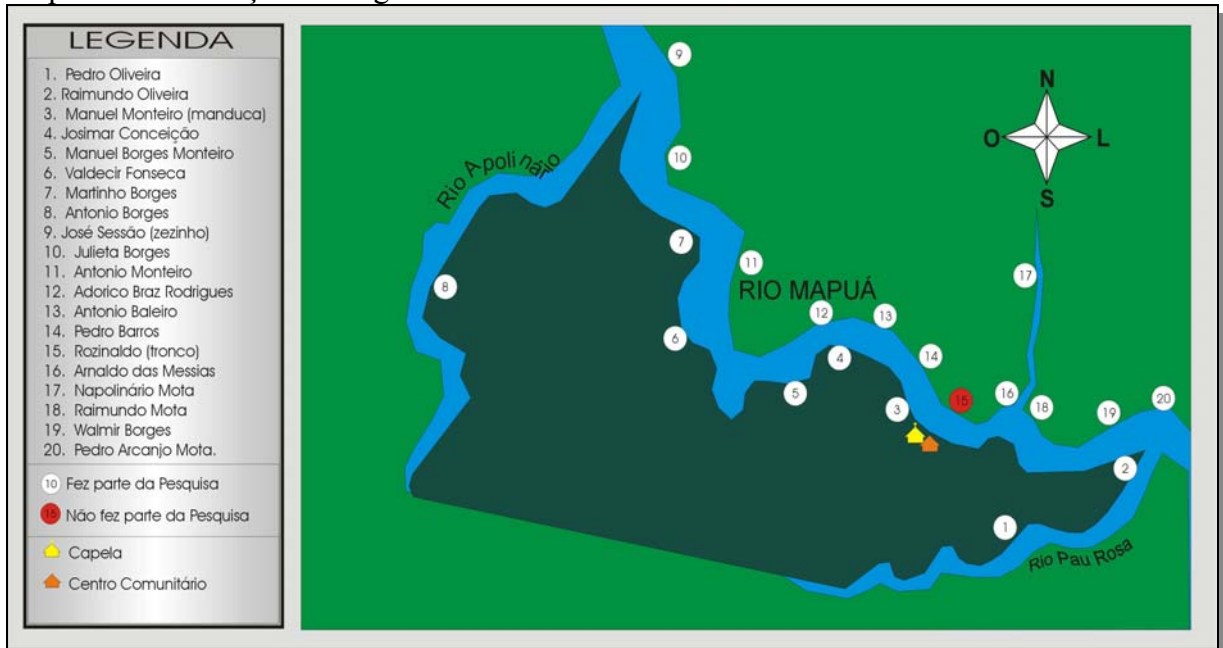


Essa forte identidade a partir do vínculo com a terra, porém, como é posto pelo próprio KITAMURA (1994) só pode ter uma força de indução ao processo de extração dos recursos da floresta em função da ação do capital, promovendo o desequilíbrio dos sistemas tradicionais que foram estabelecidos na área. Caso contrário, a identidade do homem - terra ultrapassa a necessidade econômica e atinge o seu mundo de maiores representações e interpretações (GODELIER *apud* MEDINA, 2003). A terra, na força da palavra, ultrapassa o significado econômico, tendendo a um poder simbólico que, para BORDIEU (2001) se explica pela cumplicidade e integração social, sendo nesse sentido fundamental na reprodução da ordem social.

#### 4.5. DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Na comunidade Vila Amélia há um universo de vinte (20) famílias participando do funcionamento e dinamismo de seu sistema, das quais 19 participaram da presente pesquisa em todo o seu processo, como pode ser visto no Mapa a seguir:

Mapa 02: Localização dos Agroextrativistas na Comunidade Vila Amélia



Fonte: Mapa modificado a partir de Memorial Cartográfico da Comunidade e Informações de Agricultores

A participação dessas famílias não se deu somente através da pessoa do “chefe” familiar, com respostas a um questionário fechado, mas pela atuação de vários membros dos grupos familiares. As fotos 11 e 12 a seguir ilustram alguns dos momentos dessa participação. Nesse caso em especial, trata-se de um encontro de dois dias realizado na capela da comunidade:

Foto 11: Encontro no Centro Comunitário



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

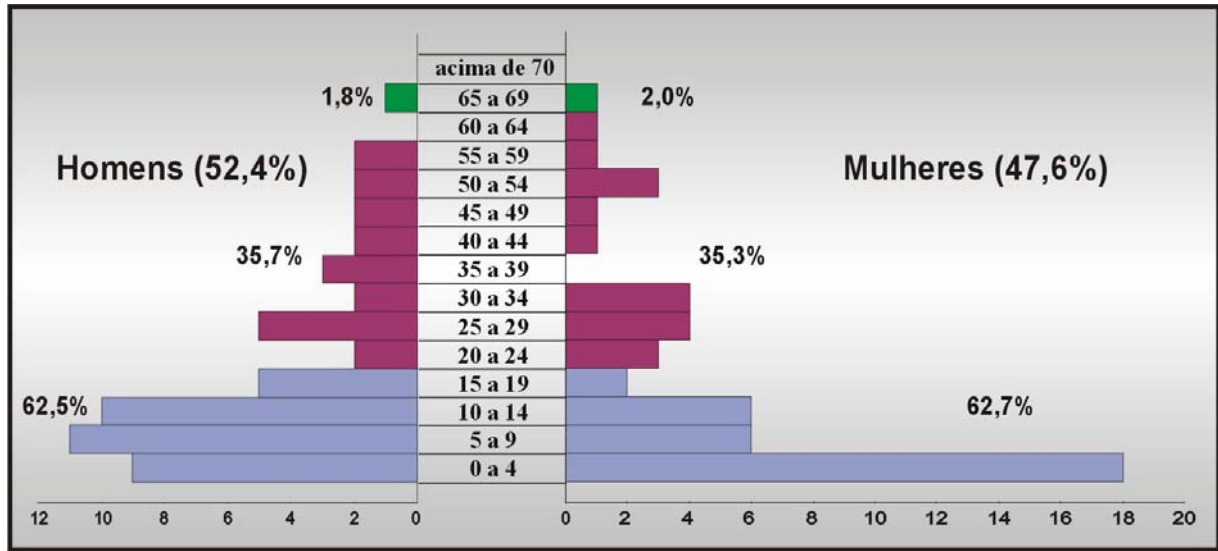
Foto 12: Encontro na Capela



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Nas famílias pesquisadas percebe-se o predomínio da população jovem e um baixo percentual de idosos. O levantamento revela também um ligeiro predomínio da população masculina sobre a feminina e uma baixa expectativa de vida (gráfico 1), devido às precárias condições de higiene, saúde e às exigências do trabalho.

Gráfico 01 – Faixa Etária da população da Comunidade Vila Amélia



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

As famílias presentes na área da Comunidade Vila Amélia às Margem do Rio Mapuá, como acontece em quase toda a área rural que cerca o município de Breves, apresentam uma exploração agroextrativista baseada especificamente na força dos membros que as constituem, sendo que, decorrente da história da maioria das famílias e das condições de exploração, a maior parte da força de trabalho é até hoje dirigida à extração dos produtos vegetais que formam a diversidade da densa floresta que rodeia as comunidades, principalmente, a madeira e o açaí. Há, em escala menor, uma parcela da força de trabalho voltada para as atividades dos subsistemas de criação e cultivo.

É possível perceber que as famílias pesquisadas utilizam um modelo de exploração florestal oriundo do período de abertura e expansão sobre as terras da Região Amazônica, assim como nas demais regiões que tiveram ações e frentes pioneiras, ou seja, um modelo

hoje questionado pela presença de “irracionalidade” e falta de “compensação ecológica” (HOMMA, 1998), no desenvolvimento de suas atividades.

Outra situação percebida é o fato de o extrativismo florestal ser complementado por atividades desenvolvidas nos subsistemas de criação e de cultivo, já que as condições de exploração e comercialização dos produtos naturais não garantem uma reprodutibilidade familiar viável, devido à quase inexistência de manejo e de uma divisão coerente do trabalho que viabilize a coexistência dessas formas de exploração no meio rural.

É importante destacar que a coexistência dessas atividades decorre do tradicionalismo vigente na comunidade, já que as famílias, em sua maioria, ou são descendentes de povos nativos e/ou oriundos de uma corrente migratória vinda da Região Nordeste do país.

Ao se tratar da exploração dos recursos naturais, feita pelas famílias da comunidade, percebe-se a presença de dois tipos de extrativismo, o de coleta e o de aniquilação. Segundo HOMMA (1993) o extrativismo de coleta se define por “ser fundamentado na coleta de produtos extrativos produzidos por determinadas plantas ou animais, enquanto que o de aniquilamento ocorre quando há obtenção do recurso econômico e implica a extinção dessa fonte, ou quando a velocidade de regeneração for inferior à velocidade de exploração extrativa”.

O extrativismo de coleta tem sido desenvolvido em condições de subsistência, ou seja, coleta de material para possibilitar a presença da família em sua área, enquanto o de aniquilação tem sido explorado para a comercialização, essa sempre feita entre a população da comunidade e empresários madeireiros presentes na região, propiciando ao longo da história uma relação de clientelismo e paternalismo (PICARD, 1998), ou quando não, uma situação à base do escambo, ou seja, a partir de troca de produtos entre diferentes núcleos familiares que residem na área do Rio Mapuá.

A agricultura praticada na comunidade se dá de forma rudimentar, ou seja, tem seus tratamentos a partir da broca, derruba, queima, coivara e por fim o plantio, sendo esse feito com mudas e/ou sementes colhidas da safra anterior. Outra situação percebida na agricultura da comunidade é o fato de ela ocorrer de forma itinerante, ou seja, a cada ano agrícola o plantio é feito em áreas diferentes, seja em parcelas de capoeiras ou, como ocorre com mais frequência, em parcelas resultantes da derrubada da floresta primária.

Os produtos mais comuns encontrados nos roçados são: milho, mandioca e macaxeira, além de banana e hortaliças, tendo ainda pequenas porções de culturas perenes. Com relação ao subsistema de criação, as famílias estão condicionadas ao criatório de pequenos animais em sistema extensivo, não possuindo áreas de pastagens.

Nota-se que apesar de não se ter uma infra-estrutura adequada para uma maior intensificação da agricultura, com relação à estocagem, escoamento, sementes e/ou mudas de qualidade, essa atividade não sofre alteração devido à falta de incentivos políticos e técnicos para que isso ocorra, e ainda devido ao fato de as famílias estarem numa relação clientelista com os empresários que sempre incentivaram e influenciaram a exploração extrativa dos produtos naturais.

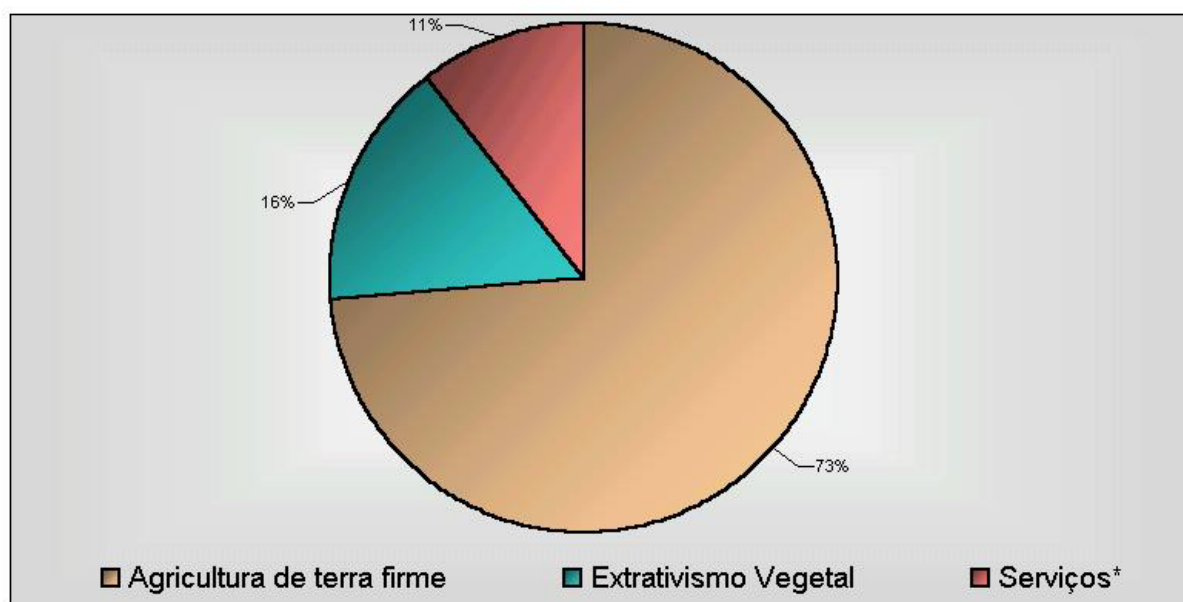
Com isso, as famílias aniquilam a floresta ao invés de tentar fazer com que haja a expansão da agricultura no sentido de, cada vez mais, aumentar o excedente e buscar formas de comercializar os produtos domesticados e cultivados.

Uma outra questão vista como problema na reprodutibilidade das famílias que residem na comunidade é a situação fundiária, pois apesar de morarem na localidade há pelo menos três gerações, não têm certeza de seus direitos com relação à posse e propriedade de suas áreas de exploração, não tendo a demarcação de seus lotes nem das áreas que usam para produção agrícola, o que impossibilita aos produtores o controle de suas produtividades no decorrer dos anos agrícolas.

#### 4.6. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO

De acordo com o que foi visto no decorrer da pesquisa e, a partir dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários, com os moradores da comunidade, pode-se dizer que o destaque no funcionamento da atividade agrícola se dá pela maior utilização das áreas de terra firme, sejam áreas totalmente secas e/ou alagadiças durante parte do ano, como esboça o Gráfico 02.

Gráfico - 02: Percentual de agro-extrativista por atividade desenvolvida em Vila Amélia



Fonte: Pesquisa de campo em maio de 2002.

\* Inclui aposentadoria ou qualquer outra renda extra a atividade agrícola

É interessante destacar que essa proporcionalidade, caracterizada pela predominância da agricultura de terra firme sobre as demais atividades, se dá pelo fato de nesse ciclo agrícola em específico os agroextrativistas não terem desenvolvido atividades de extração de madeira e palmito, e quando o fizeram não assumiram, em função da proibição imposta pela empresa, em nome do IBAMA.

Essa proporcionalidade é visivelmente contestada pelos dados obtidos no decorrer da pesquisa, que mostram que a agricultura teve e tem sua participação no decorrer da história das famílias, mas em uma importância secundária em relação à exploração vegetal, no que diz respeito à comercialização dos produtos, isso devido à estrutura dos roçados, proporções cultivadas e o tempo de dedicação e até mesmo à própria cultura (hábitos) da maioria dos membros das famílias. Essa contraposição pode facilmente ser averiguada quando se comparam as informações de quanto tempo reside na área e há quanto tempo desenvolve essa principal atividade (no caso Agricultura de terra firme), já que aproximadamente 42% da população residem em Vila Amélia há mais de trinta anos e 84% afirmam ter iniciado a agricultura de terra firme entre dez e quinze anos.

No funcionamento dos sistemas produtivos, (92%) das famílias da comunidade, não sabem ao certo onde começa e onde termina a área utilizada para o cultivo e exploração de modo geral do seu sistema, os outros 8% estão divididos em 3% que não souberam responder a pergunta e 5% que acham que sabem, logo fica claro o fato de não haver controle algum sobre as demarcações de suas áreas agricultáveis, o que se repete quando se analisa a área utilizada para o plantio no ano agrícola, já que a maioria não tem com exatidão as medidas de seus roçados, não tendo conhecimento, conseqüentemente, do rendimento médio da produção.

Quanto à força de trabalho utilizada para o funcionamento do sistema de produção, é predominantemente familiar (Fotos 12 e 13), ou seja, a mão-de-obra utilizada no desenvolvimento das atividades agroextrativistas vem da constituição da família, onde pais e filhos dividem as atividades a serem realizadas no sistema, não havendo uso de força extrafamiliar, assalariada. A produção resultante desse tipo de exploração tem seu grande direcionamento para o consumo familiar, por exemplo, a maior parte dos agroextrativistas produz mandioca e 87,76% desses beneficiam o produto transformando em farinha para suprir a necessidade de se alimentar.



Fotos 13 e 14: Produção de Farinha



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Foto 14: Produção de Farinha



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Percebe-se no funcionamento produtivo das famílias uma combinação (coexistência) entre a agricultura de terra firme, voltada basicamente para a subsistência, e a extração vegetal, direcionada quase em sua totalidade para a comercialização com os atravessadores, tanto essa quanto aquela são desenvolvidas há bastante tempo na região, mas nunca até hoje sofreram qualquer tipo de orientação formal para que pudessem ser feitos o manejo e a exploração das mesmas: 100% de agroextrativistas nunca receberam qualquer tipo de assistência técnica.

A seguir, pode ser vista uma área de roça de mandioca (Foto 15) e ao lado (Foto 16) a prática de agroextrativista na atividade da coleta de pupunha.

Foto 15: Roça de Mandioca



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Foto 16: Coleta de Pupunha





No que diz respeito aos subsistemas, pode-se perceber em maior ou menor escala, dependendo da família, a presença dos três diferentes tipos: subsistema de cultivo, o qual resulta da combinação do trabalho e dos meios de produção para se obter uma produção de vegetais; subsistema de criação, caracterizado por um conjunto de intervenções nos setores de seleção, reprodução, alimentação, higiene, saúde dos animais domesticados; e, por fim, o subsistema extrativista, que apresenta a articulação da força de trabalho, instrumentos e meios para se explorar os recursos naturais (BITTENCOURT, 1996).

O subsistema extrativista conta com um grande número de indivíduos desenvolvendo essa atividade, 59% das famílias da comunidade, destacando-se a exploração vegetal, já que a captura de animais não tem representatividade no sistema, primeiramente pelos hábitos dos indivíduos, e depois devido à dificuldade de encontrar animais na região. Quanto à exploração mineral, segundo informações dos próprios moradores das comunidades, essa atividade não acontece e nem ao menos se tem notícias sobre essa prática durante os anos de exploração na área estudada.

A exploração vegetal tem sua representatividade na coleta de madeira, açaí e palmito para a comercialização com atravessadores que compram por valores irrisórios ou trocam por mercadorias de necessidades básicas das famílias. O açaí fruto tem sua importância como uma das principais fontes de alimento das famílias, e somente no período de safra é que acontece a comercialização do excedente da produção colhida.

A afirmação de não haver manejo algum ou nem sequer a preocupação quanto à compensação ecológica baseia-se no fato de que somente 20% dos agroextrativistas fazem replantio dos vegetais extraídos, destacando o replantio do açazeiro, com a madeira ainda não se tem essa prática.

No desenvolvimento do subsistema de cultivo, a comunidade utiliza métodos rudimentares de exploração, destacando-se aí a agricultura de derruba, broca e queima, com

plantio desordenado de sementes e mudas e sem balizamento técnico nem controle dos espaços utilizados, sendo essa também uma agricultura itinerante, o que proporciona um aumento do desmatamento na região no decorrer dos anos, seja de áreas primárias ou de áreas denominadas capoeiras (mata secundária).

Os cultivos de macaxeira, milho e mandioca geralmente são colocados nas mesmas áreas em sistemas rotacionários ou, como acontece na maioria dos casos, em forma de consórcio. Em algumas áreas há pequenas quantidades de hortaliças.

O subsistema de cultivo apresenta resultados relativamente baixos em relação à produção porque a maioria não planta roças de inverno, ou como são chamadas, roça das águas, as quais são mais propícias para o plantio, em específico no caso milho, que tem o término da implantação do roçado no mês de outubro, enquanto o mais correto seria ter seu término no mês de dezembro para proporcionar um maior aproveitamento das águas de janeiro a março. Da mesma forma as outras culturas, mandioca e macaxeira, não seguem um itinerário técnico coerentemente correto para o seu plantio.

#### 4.7. ANÁLISE POR ATIVIDADES DO SISTEMA PRODUTIVO

É possível caracterizar no conjunto das famílias da comunidade (ver no mapa 02, a localização de cada núcleo familiar na comunidade), a partir das conversas com os agroextrativistas e das observações de campo, dois grupos gerais de exploração dos sistemas produtivos em toda região do Mapuá.

O primeiro pode ser caracterizado pela exploração mais diversificada dos recursos naturais, com maior proporção na exploração de madeira em detrimento da exploração do palmito do açazeiro e cultivo de pequenas roças de características semi-perenes e perenes,

como no caso da banana, cana-de-açúcar, hortaliças, entre outras, e pela utilização de maior proporção das áreas de terra firme e menor contato com os comerciantes intermediários (atravessadores), promovendo um agroextrativismo para as necessidades mínimas da sustentabilidade familiar. Os indivíduos desse grupo são aqui caracterizados como agroextrativistas do centro, ou seja, agroextrativistas que residem e desenvolvem a maior parte de sua exploração nas áreas centrais das ilhas do rio Mapuá. É importante ressaltar que a referência feita a esses agroextrativistas têm somente caráter de reconhecimento, já que esses agroextrativistas não estão na porção da comunidade Vila Amélia.

O segundo grupo geral identificado diz respeito às famílias residentes em Vila Amélia. Refere-se aos agroextrativistas que estão mais presentes à margem do rio e compreende, segundo informações dos próprios moradores, a maioria dos membros que compõe o complexo do Mapuá.

Os agroextrativistas ribeirinhos apresentam um sistema produtivo desenvolvido em áreas de terra firme, que permanecem encharcadas a maior parte do ano, e cultivam em maior escala culturas de ciclo curto, como macaxeira, milho e, principalmente, a mandioca, utilizada para a fabricação de farinha. Apresentam, em pequena proporção, ao redor da casa de morada o plantio de alguns pés de culturas perenes.

Quanto à atividade extrativista dos recursos naturais, destaca-se em proporções quase equivalentes a exploração da madeira e do palmito de açazeiro e, ainda, em menor escala a coleta do açaí fruto, utilizado na alimentação e comercializado com atravessadores que navegam por todo o rio Mapuá. Os agroextrativistas ribeirinhos, devido a seu posicionamento de frente para o rio, mantêm uma considerável relação com os atravessadores que comercializam os produtos primários por mercadorias de necessidades básicas para as famílias do Mapuá.

Ao visitar agroextrativistas da comunidade e conversar com eles, nota-se uma subdivisão no grupo denominado *agroextrativistas ribeirinhos*, isso de acordo com as atividades desenvolvidas e a utilização dos subsistemas. De maneira didática, os subgrupos foram identificados em:

Grupo 01 – subsistema de cultivo;

Grupo 02 – subsistema extrativista;

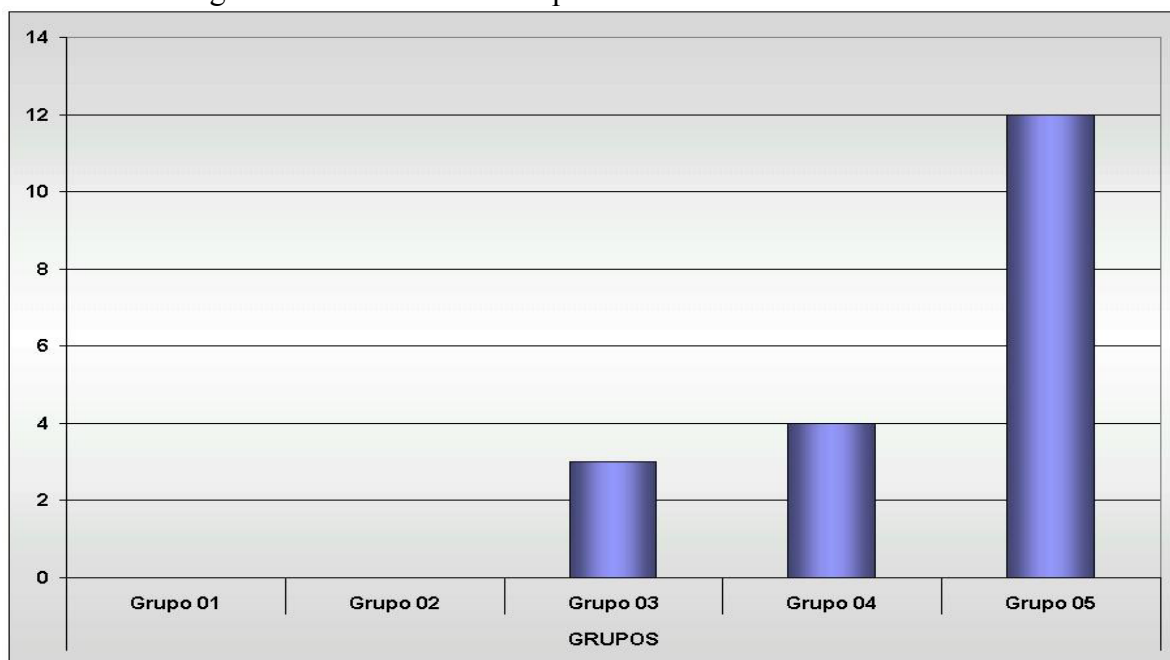
Grupo 03 – subsistema extrativista + subsistema de cultivo;

Grupo 04 – subsistema de cultivo + subsistema de criação

Grupo 05 – subsistema de cultivo + subsistema de criação + subsistema extrativista.

O gráfico 03, abaixo, representa o número de agroextrativistas por grupo:

Gráfico 03: Tipologia dos Sistemas Produtivos da Comunidade de Vila Amélia - Comunidades Agroextrativistas do Rio Mapuá – Breves/ PA – 2002



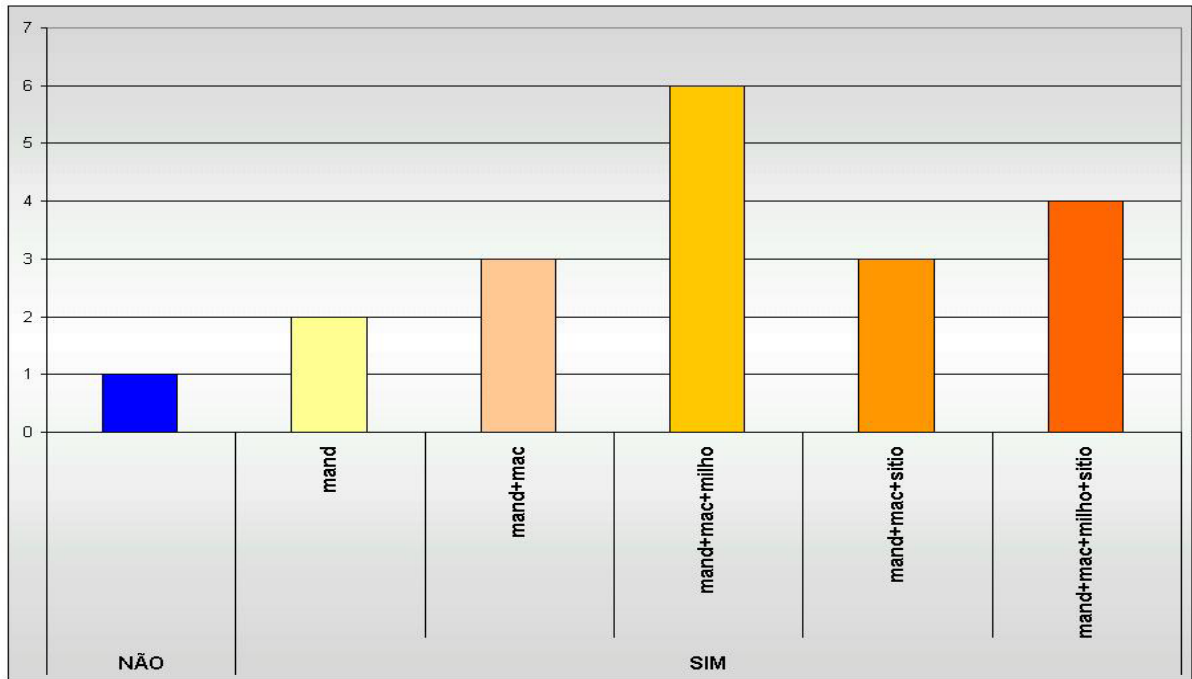
Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

#### 4.8. SUBSISTEMA DE CULTIVO

Em Vila Amélia, 94,7% dos entrevistados representam o conjunto de agroextrativistas que desenvolvem o subsistema de cultivo em conjunto com outros subsistemas, o que corresponde a dezoito dos dezenove pesquisados. Verifica-se aí o fato de esses trabalhadores desenvolverem suas atividades agrícolas em áreas bem pequenas, porém de maneira consorciada, apresentando as culturas de mandioca, macaxeira e milho.

Intensificando a produção dessas três culturas na mesma área, há um conjunto de 31,5% de agroextrativistas; entre os que plantam em suas áreas, como se apresentou no último ciclo, só a mandioca, destacam-se somente 10,5%; o consórcio de mandioca e macaxeira atinge um percentual de 15,8%, o mesmo percentual encontrado entre aqueles que têm, além das três principais culturas, uma pequena área com sítio. Há, ainda, em Vila Amélia os agroextrativistas que não desenvolvem a atividade com o plantio do milho, mas que, juntamente com a macaxeira e a mandioca, têm uma área com culturas de ciclo longos e hortaliças, estes correspondem a 21%, conforme mostra o Gráfico 04:

Gráfico 04: Subsistema de Cultivo da Comunidade de Vila Amélia - Comunidades Agroextrativistas do Rio Mapuá – Breves/ PA - 2002



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

A comunidade de Vila Amélia apresenta uma característica peculiar em relação ao subsistema de cultivo, devido à existência de pequenos sítios nas áreas cultivadas (Foto 17) que apresentam implementações de culturas perenes e hortaliças, como abacaxi, banana, cana-de-açúcar, jerimum, melancia, coco, cupuaçu, fruto do conde e limão, dentre outras, representando uma iniciativa para uma maior diversificação do sistema produtivo e, principalmente, enriquecendo a dieta alimentar da população.

No subsistema de cultivo pode-se destacar a considerável presença da mandioca (Foto 18) que, mesmo sem trato e/ou com poucas condições de cultivo, tem uma produção extremamente significativa tanto para o consumo familiar como para o comércio com vizinhos e atravessadores.

Foto 17: Roçado Consorciado



Foto 18: Roçado de Mandioca



Fonte: pesquisa de campo em maio de 2002

Ainda nesse subsistema, pode-se perceber facilmente o cultivo de milho e de macaxeira, que tem uma importância secundária no consumo familiar e na alimentação de pequenos animais criados pelas famílias, e cujo excedente, quando há, é comercializado geralmente em condições de troca por produtos de necessidades dos membros das famílias.

#### 4.9. SUBSISTEMA DE CRIAÇÃO

Devido às características da região e à maior dedicação da força de trabalho familiar voltada para o cultivo e extração de produtos vegetais, os agroextrativistas não desenvolvem o subsistema de criação ou então o praticam em pequena escala. No caso de Vila Amélia, boa parte, cerca de 84%, apresentou um plantel no funcionamento do subsistema, principalmente de aves, sendo as galinhas aquelas em maior número.

Nesse subsistema (Gráfico 05), chamou atenção a criação de suínos, pois cinco famílias (30%) têm em média dezessete animais soltos pela área da comunidade.

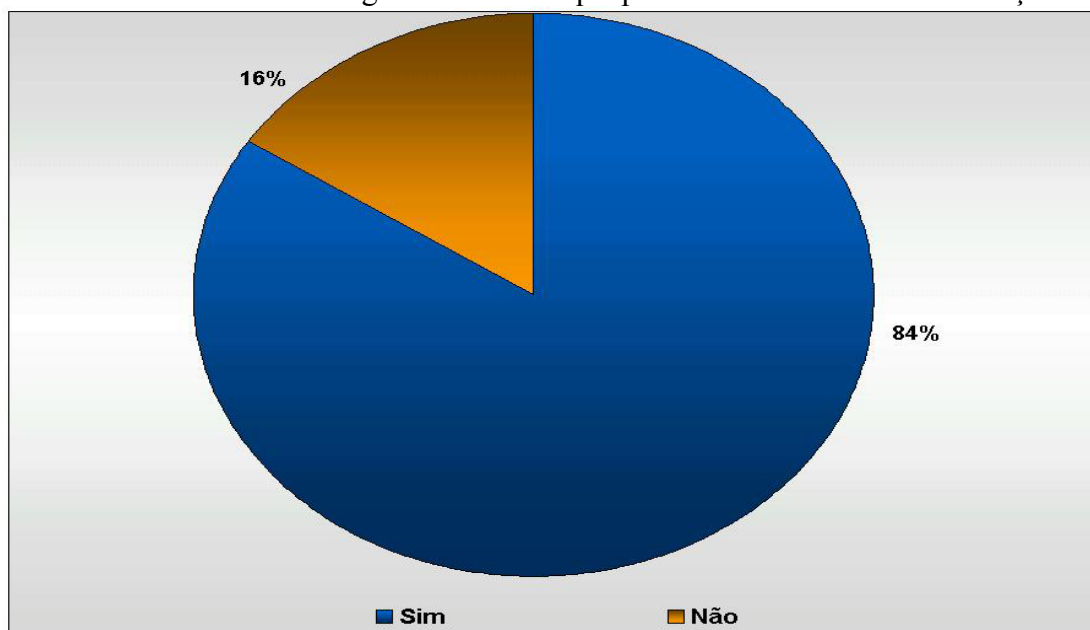
A inexistência de áreas de pastagem na unidade produtiva indica a ausência de animais de grande porte, tais como bovinos e/ou bufalinos, de onde podemos concluir que se trata,

nessa comunidade, de um subsistema de criação de pequenos animais, principalmente de aves, cujo destino é a alimentação familiar. A comercialização acontece somente em caso de muita necessidade, como por exemplo, a compra de remédios ou mercadorias para o sustento da família.

A criação é feita de maneira extensiva e com pouquíssimo trato e controle do plantel. Os animais ficam soltos tanto pela área de roçado como pela área de mata virgem, o que dificulta detectar o rendimento da produtividade desse subsistema. Apesar disso é possível obter um número aproximado de 30% para a criação de galinhas e somente 6% para a criação de patos.

Em Vila Amélia, destaca-se a criação de suínos que, apesar de um número pequeno (17 animais, Gráfico 06), totaliza mais do que as demais comunidades juntas (12 animais). O baixo percentual no plantel desses animais deve-se ao fato de serem criados de maneira extensiva, o que acarreta em alguns casos invasão nos roçados alheios.

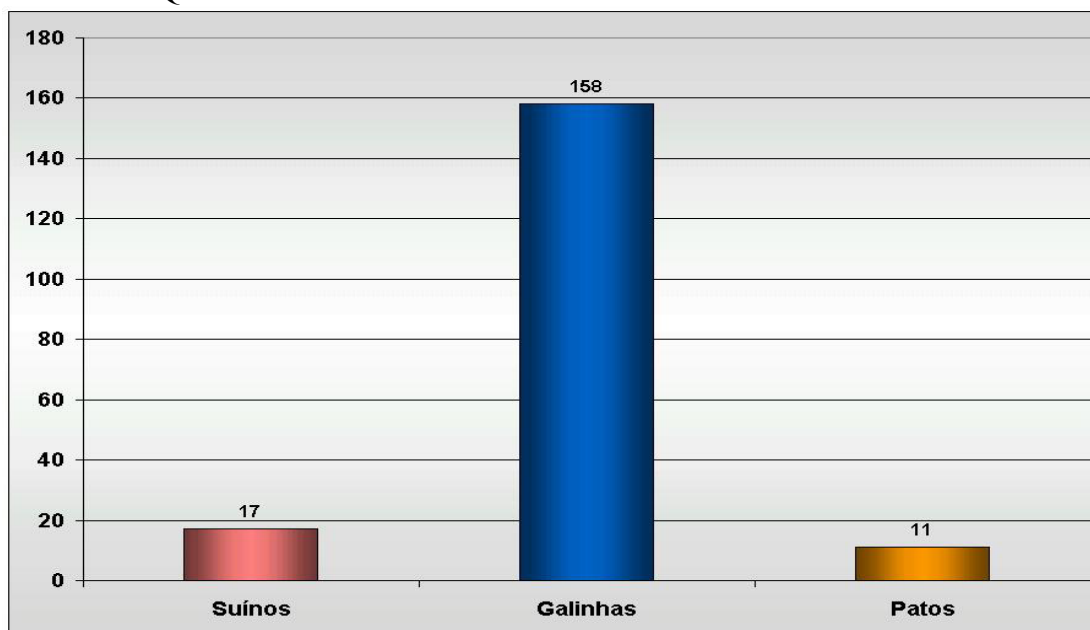
Gráfico 05: Percentual de Agroextrativistas que possuem o Subsistema de Criação.



Fonte. Pesquisa de Campo, 2002.



Gráfico 06: Quantidades de Animais Criados em Vila Amélia



Fonte. Pesquisa de Campo, 2002.

#### 4.10. SUBSISTEMA EXTRATIVISTA

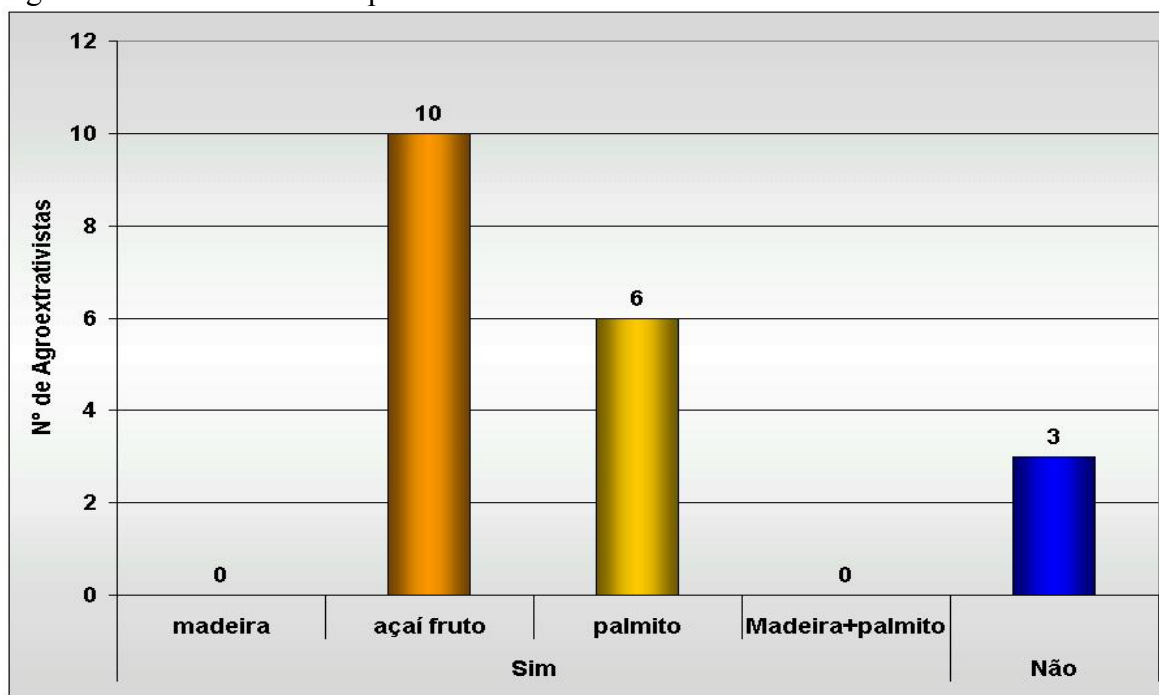
O extrativismo em Vila Amélia se caracteriza por ser desenvolvido tanto para a subsistência quanto para a comercialização, destacando a coleta do fruto de açaí como complemento alimentar nas dietas das famílias da comunidade. No período de safra essa coleta tem também a importância comercial, já que os frutos são trocados por produtos de necessidade familiar, essa troca com os atravessadores se dá no próprio porto das casas de moradia, onde os atravessadores estipulam os valores dos produtos assim como da matéria prima, fato que também ocorre em Vila Amélia na comercialização do palmito, esse extraído exclusivamente para a comercialização, sendo às vezes trocado por produtos ou vendido a preços bem baixos.

Os agroextrativistas da comunidade se identificam em duas categorias quanto à extração dos recursos vegetais. A categoria com maior número, coletores do fruto, apresenta

um percentual de 52,6% dos agroextrativistas da comunidade, enquanto os extrativistas de palmito compõem um percentual em torno de 31% das famílias.

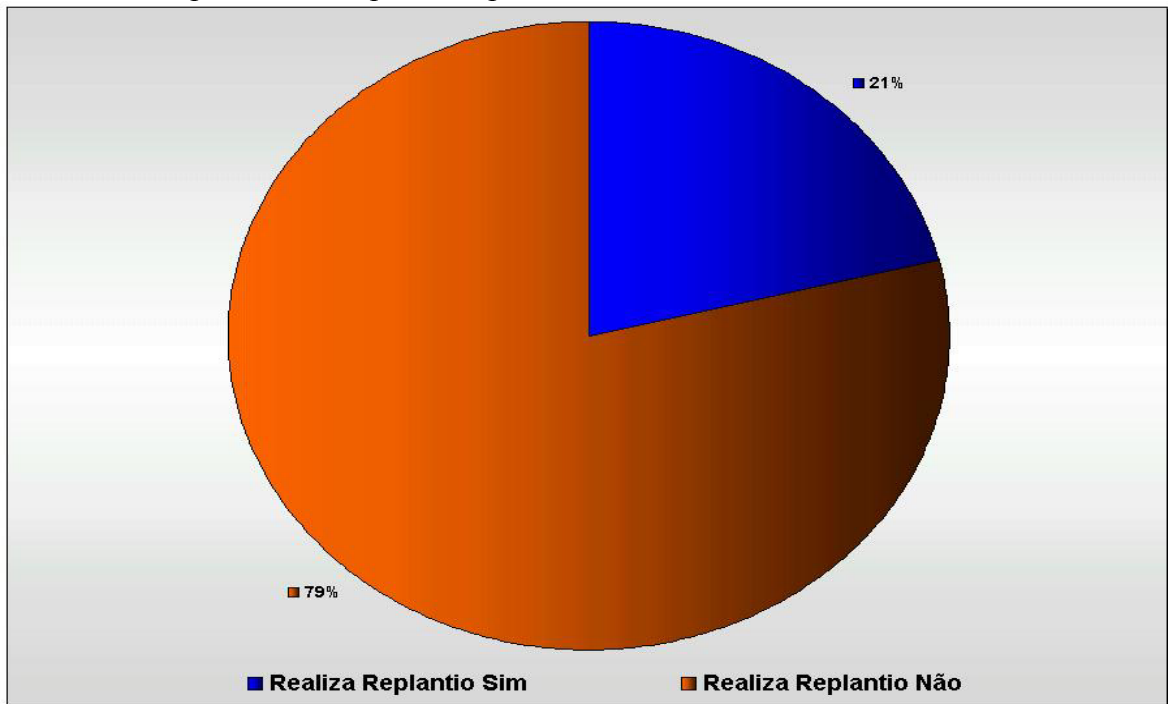
Segundo os próprios agroextrativistas, não se encontra extrativistas de madeira de lei na comunidade devido à proibição decretada, para que fosse paralisada essa prática, mas afirmam que a maioria tem história na prática extrativa de madeira. Mas mesmo assim a comunidade apresenta uma forte influência para a extração do produto vegetal, com 84,2% das famílias fazendo a extração do fruto do açaí e palmito (Gráfico 07), e somente 26,3% faz o replantio do açaizeiro (Gráfico 08), algo que contribui diretamente para a baixa compensação ecológica na comunidade. Os valores adquiridos sobre o extrativismo em Vila Amélia são apresentados nos gráficos a seguir:

Gráfico 07: Subsistema Extrativista da Comunidade de Vila Amélia - Comunidades Agroextrativistas do Rio Mapuá – Breves/ PA – 2002



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

Gráfico 08: Replântio das Espécies exploradas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

## **5. A AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO**

Acredita-se que a agricultura tem um papel decisivo para o desenvolvimento regional, considerando-se o fato de que nas áreas urbanas a baixa estabilidade gera condições difíceis e muitos têm dificuldade até de se alimentar, enquanto que na área rural os menos favorecidos são capazes de se manter através do autoconsumo, produzindo para garantir a segurança alimentar.

Para que se dê definitivamente suporte para a área rural, é preciso levar em consideração a diversidade de pobreza existente, combinando certos instrumentos voltados à produção agrícola, à preservação ambiental e às condições econômicas e sociais de cada grupo de produtor.

Experiências de agricultores bem sucedidos na Amazônia têm mostrado a necessidade de entender as especificidades que cercam cada grupo de produtores, bem como sua relação com o meio ambiente. Na realidade, não há um modelo único para o desenvolvimento sustentável da região; o que há é um mosaico de diferentes sistemas de agricultura e de recursos que podem compor uma visão própria de desenvolvimento sustentável (KITAMURA, 1994).

De modo geral, em termos de soluções propostas, apesar das correntes que defendem um nível alto de manejo de capital nos sistemas produtivos, há claras evidências de que o sucesso da dinamização por agricultores familiares na Amazônia depende muito do compromisso em apoiar a pequena produção e da mobilização do conhecimento disponível em favor da criação de incentivos e dispositivos que levem ao uso mais sustentável dos recursos naturais.

Os problemas mais críticos dos programas voltados para o desenvolvimento dos agricultores familiares na Amazônia têm sido a falta de continuidade na assistência oferecida às populações-alvo, como também a falta de um trabalho de fortalecimento das formas de organização desses produtores: um trabalho que leve à autonomia dessas populações no sentido de iniciativas para a busca de sua subsistência. Além disso, muitas vezes esses programas dão prioridade à entrada dos produtores no mercado e, por conseguinte, beneficiam efetivamente somente aqueles que conseguem entrar nesse circuito (KITAMURA, 1994).

Para ter a agricultura na região, integrada a um desenvolvimento, deve *a priori* centrar a discussão na Agricultura Sustentável que, segundo KAYMOWITZ (1997) é aquela que permite alimentar e vestir toda a população com o custo razoável, oferecendo um nível de vida aceitável para os que dependem do setor agrícola, de modo a degradar pouco a base dos recursos naturais.

Nesse sentido, vale destacar a afirmação de FLORES *et al.* (1991) mencionando que o desenvolvimento da agricultura sustentável não significa a volta ao tempo da tração animal e do modelo agrícola de subsistência, ou tampouco a uma agricultura à base da fertilização do solo exclusivamente através da matéria orgânica. E sim, levar em consideração a possibilidade do uso de tecnologias adequadas às condições do ambiente regional e mesmo local, seguido da previsão e prevenção de impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais. Significando que a proposta de desenvolvimento para a região de Vila Amélia deve partir inicialmente da promoção do uso de terras sustentáveis, para que possa pensar em alternativas de intensificação na prática das atividades, pois segundo HOMMA, 1998:

A possibilidade de desenvolver uma agricultura sustentável na região depende de sua permanência, o máximo possível, na mesma área, com crescentes aumentos de produtividade, tanto da terra como da mão-de-obra, reduzindo, assim, a pressão para mais desmatamentos.

Essa prevenção tem sua validade no fato de que dentre as atividades exploratórias que mais contribuem para o desmatamento no Pará, a agricultura itinerante se faz presente junto com a exploração madeireira e a pecuarização (WALKER *et al.* 1997).

Quanto ao setor da indústria madeireira, tem-se atualmente o senso comum de que grande parte da matéria prima utilizada tem sua origem proveniente do desmatamento não autorizado (BARRETO *et al.* 1998). Logicamente, esse fato está relacionado ao grande lucro econômico gerado pela extração madeireira, pois um metro cúbico de madeira chegou a valer no mercado internacional 800 dólares (VIANA, 1996).

O alarmante é que até hoje, seja em pequena ou em grande escala, a extração é feita de forma aleatória, sem considerar a perda ecológica, e desenvolvida sem a presença de qualquer técnica de manejo florestal, independentemente de ser um manejo florestal sustentável ou mesmo um planejamento pré-exploração para minimizar os danos da floresta em função da exploração, já que essa é totalmente predatória (HOMMA, 1993).

A falta de compensação ecológica não se dá somente pela exploração madeireira, mas também pela chamada *agricultura itinerante*, que é um dos sistemas mais tradicionais de cultivo da terra em todo o mundo e vem sendo utilizado há séculos pelos povos indígenas e pelos caboclos, sendo predominante nos cultivos anuais e de subsistência (LENA & OLIVEIRA, 1991). Trata-se de um sistema baseado na derrubada e queima da vegetação em pequenas áreas, cultivadas por um período de dois a três anos, através de técnicas rudimentares, e abandonadas posteriormente por algum tempo para a regeneração natural de sua fertilidade, através do crescimento da vegetação secundária (capoeira).

No Estado do Pará uma boa quantidade do desmatamento florestal está diretamente ligada à prática da agricultura itinerante, já que esse tipo de agricultura tem um significado histórico na prática da agricultura regional, e ainda ao fato de inúmeros agricultores familiares

viabilizarem seus sistemas agrícolas por intermédio da agricultura itinerante, ocasionando o chamado desmatamento silencioso da floresta densa (HOMMA, 1998).

Nesse sistema, dadas as próprias características extensivas de uso da terra, em que o principal insumo se resume à mão-de-obra familiar, os rendimentos das culturas, apesar de uma relativa maior estabilidade, são extremantes baixos, suficientes apenas para prover a subsistência da família (CARVALHO *et al*, 1994), fazendo com que a agricultura itinerante represente em algumas áreas da região, especialmente nas de colonização mais antiga, problemas de degradação dos recursos naturais, especialmente dos solos.

#### 5.1. DISCUSSÕES E SENSO COMUM A CERCA DA “PROPOSTA DE SUSTENIBILIDADE” DA ECOMAPUÁ PARA A REGIÃO

A tentativa da empresa em retomar o controle das terras no Mapuá, mesmo com uma proposta de sustentabilidade, não é vista de forma pacífica e recoloca em pauta um conjunto de interesses conflituosos sobre a região, retomando inclusive a discussão sobre as difíceis condições de vida das populações agroextrativistas da área.

A controvérsia de que se reveste essa iniciativa pode ser esboçada a partir de quatro pontos básicos: em primeiro lugar, a lacuna de poder gerada com a saída dos antigos supostos proprietários da área, que deixou os trabalhadores numa situação de relativa autonomia relativamente à condição de subordinação ao empreendimento privado em que viviam; em segundo lugar, a importância que representa para o movimento social a possibilidade de rearticulação das organizações comunitárias em torno de uma proposta de unidade de reserva extrativista, o que consolida sua atuação política; depois, o valor econômico que podem assumir as terras para a empresa, em função da possibilidade de virem a ser consideradas

áreas para seqüestro de carbono, assim como os ganhos em termos de *marketing* publicitário se a empresa propuser um modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o que favorece sua imagem pública em relação à necessidade de cumprir uma agenda social e ecologicamente responsável; e, por fim, o conflito com os interesses das madeireiras, serrarias e empresas que beneficiam o palmito, principais agentes incentivadores da continuidade do modelo predatório de extrativismo (SOUZA *et al*, 2002).

Perceber a complexidade dessa teia de relações é um pressuposto necessário à compreensão dos diferentes interesses dos diversos atores aí envolvidos e, conseqüentemente, dos conflitos daí decorrentes. Certamente, os grupos de interesses não são indissociáveis. Em alguns momentos comungam de objetivos comuns, principalmente os grupos com maior poder econômico que visam à continuidade da situação atual porque se beneficiam da exploração dos trabalhadores.

Quanto à questão fundiária, percebe-se que sua dimensão não está restrita somente à definição de propriedade, mas diz respeito também à estrutura das relações de trabalho existentes no Mapuá, já que desde que se adonaram dos seringais nativos na região, os proprietários têm cedido extensões de terras para trabalhadores migrantes que vinham para a Amazônia em busca de um mínimo de condições de reprodutibilidade social e econômica, o que acabou por consolidar uma forte relação patrão-empregado sob o regime do aviamento em que estes trabalhadores foram espoliados de qualquer direito de cidadania.

A prática de cessão de terras, assim como o esquema de aviamento, para citar apenas dois exemplos dentro de um conjunto de práticas de clientelismo, fortaleceu um sistema de dependência total dos trabalhadores aos “patrões” que pode ser caracterizado como uma condição de semi-servidão. As principais regras desse sistema consistem na cessão aos trabalhadores extrativistas do acesso ao território para extração do produto vegetal e para o estabelecimento de sua moradia em uma área definida pelo proprietário da terra.



Esse acordo apresenta desdobramentos, cujo sentido em termos de cidadania, principalmente em relação aos direitos trabalhistas, são amplamente desfavoráveis para os trabalhadores: por um lado, os transforma em guardiões da terra alheia, protegendo-a de invasores; por outro lado, cria uma imagem de benemérito para o patrão, pois a concessão do território para exploração econômica é vista como um benefício oferecido pelo patrão, embora as regras do aviamento sejam claras quando determinam que o direito à compra do produto extrativista é exclusivo do patrão, assim como a venda dos gêneros alimentícios, vestuários e demais bens de consumo aos trabalhadores (SOUZA *et al*, 2002).

Infelizmente, ainda na atualidade, esse modelo de subordinação é muito presente na região do Mapuá. Verifica-se que, ao longo de décadas, as transformações na base econômica fragilizaram principalmente a capacidade organizativa e as condições materiais dos trabalhadores, mesmo se os “patrões” foram substituídos ou se adequando às novas demandas do mercado por produtos extrativistas vegetais, particularmente na fase em que a madeira tornou-se o produto de excelência.

Dessa forma, a resistência - por parte dos trabalhadores agroextrativistas que habitam a área da Ecomapuá - à proposta de implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, é um elemento representativo da necessidade de redefinição do caráter da relação de propriedade da terra, mas também da preocupação destes trabalhadores com o modo pelo qual será mantido o funcionamento do sistema econômico, seja no âmbito da comercialização dos produtos, seja no âmbito da estrutura produtiva, pois têm uma grande dúvida e se mostram inseguros quanto às relações de trabalho que serão estabelecidas. Neste caso, há possibilidade de se construir uma autonomia em relação ao proprietário da terra, o que os retiraria de uma situação de semi-servidão, ou semi-escavidão. Entretanto, caso não seja garantida uma ação efetiva das representações sindicais e do poder público, caminhar-se-á

para o fortalecimento da subordinação dos trabalhadores, agora não mais aos “patrões”, mas aos donos de serrarias e aos beneficiadores de palmito.

A empresa condiciona a efetivação de um projeto de desenvolvimento sustentável na região do rio Mapuá, com a perspectiva de reduzir a pobreza dos moradores e conservar os recursos florestais e sua biodiversidade, ao apoio tanto das comunidades quanto das entidades locais.

Desse modo, a implementação de um projeto economicamente sustentável e ecologicamente viável só é possível se forem tomadas medidas como: inventário florestal, diagnósticos das famílias residentes na área, firmação de parcerias e identificação de experiências que poderão servir de suporte, como a RDS de Mamirauá no Estado do Amazonas com cerca de 200 famílias residentes, a Unidade de Caxiuanã, no município de Melgaço, no Pará, com três comunidades, assim como algumas experiências de unidades de conservação encontradas no Estado do Amapá.

O Governo Amapaense optou pela implementação de um Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDSA através do qual assegurou às populações tradicionais 29.980 km<sup>2</sup> de unidades de conservação e 10.992 km<sup>2</sup> de áreas indígenas protegidas, o que representa cerca de 30% da área total do estado. Essa política demonstra preocupação em garantir às populações tradicionais fontes de renda e sustentabilidade social. Uma das experiências de destaque é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Iratapuru, com uma área de 806.184 hectares, localizada no sudoeste do Amapá, em que vivem cerca de 150 famílias distribuídas em 6 comunidades. O arquipélago do Bailique no sudeste do Amapá, a cerca de 170 Km de Macapá, também contempla um projeto de desenvolvimento sustentável abrangendo 38 comunidades com aproximadamente 8 mil pessoas. As atividades econômicas do Arquipélago do Bailique abrangem desde a produção artesanal, o extrativismo vegetal e a

pesca, até a introdução de unidades de beneficiamento de produtos como mel, palmito e outros.

No caso do rio Mapuá, a empresa pretende obter como resultados: a conservação da biodiversidade; o uso sustentável dos recursos; o envolvimento das comunidades no projeto; a certificação dos produtos com um selo ecológico, visando agregar valor aos produtos da região; a utilização do potencial eco-turístico; a viabilização de um projeto de seqüestro de carbono, pelo qual a empresa passa a ser remunerada por sua ação de tentar o equilíbrio de gás carbônico na atmosfera e transfere para a comunidade parte dos ganhos, entretanto, isso exige um montante considerável de recursos financeiros que precisa ser captado junto às agências de fomento nacionais e internacionais.

Há um relativo consenso entre alguns atores locais e regionais sobre o interesse de se pensar uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região do Mapuá, desde que esta proposta contemple fatores considerados extremamente importantes para o desenvolvimento das comunidades e atenda a certos critérios, dentre os quais pode-se destacar:

i) Considerar, na sua elaboração, a compreensão da história de ocupação e dinâmica do rio Mapuá, levando em conta a compreensão que a comunidade tem a respeito da propriedade da terra, os sentidos que reconhecem nessa noção e quais suas expectativas;

ii) Envolver a comunidade na elaboração da proposta de intervenção socioeconômica, por meio de processos participativos que possibilitem esclarecer os significados e interesses da proposta, criando um ambiente de transparência em relação aos objetivos da empresa, do sindicato, da igreja, governo municipal e demais atores envolvidos na questão. Isso ajuda a evitar a criação de falsas expectativas na comunidade e permite que ela seja agente (sujeito) desse processo e não um mero objeto;

iii) Estimular o fortalecimento da organização comunitária possibilitando a formação de novas lideranças e legitimando os antigos líderes, por meio de conselhos comunitários,

associações de produtores e outras formas que garantam a participação comunitária na gestão da unidade de conservação, caso seja essa a decisão da comunidade;

iv) Criar um ambiente de troca de experiências com outras comunidades que optaram pelo modelo de unidade de conservação, para que a possibilidade de escolha e decisão da comunidade do Mapuá não seja limitada, evitando a compreensão equívoca de que há uma solução única para o problema;

v) Apresentar encaminhamentos claros visando a uma solução definitiva para a questão fundiária. Esclarecendo para as comunidades o que implica a titulação da terra ou cessão de áreas pela empresa e quais os procedimentos necessários para efetivar definitivamente o direito à terra.

A construção de uma proposta de unidade de conservação para a região do Mapuá não pode se dar no sentido restrito de manutenção e restauração do mundo natural, totalmente desconectada das aspirações das populações agroextrativistas.

A mera conservação do mundo natural traz embutida uma perspectiva de estética, recreação, simbologia da proteção e interesses de grupos políticos e científicos que muitas vezes se sobrepõem aos interesses da comunidade. No passado havia uma prática autoritária de implementação de parques e reservas de proteção natural que acabavam se transformando em desrespeito aos direitos de cidadania da população local, além de favorecer, com a desapropriação, os interesses de grupos econômicos.

Portanto, mesmo a apresentação de modelos de unidades de conservação, seja RDS ou RESEX, não é tão tranqüila, pois traz em si um conjunto de questões polêmicas quanto à concepção de proteção ambiental que se deseja defender. Há situações em que o tecnicismo, pautado em uma proposta de manejo florestal ou de conservação da biodiversidade, desconsidera o papel do conhecimento e do manejo tradicional na conservação, ou seja, ignora as práticas e representações dos grupos sociais sobre o ecossistema. Uma concepção

mais avançada requer a compreensão da relação homem/natureza baseada no sentido da reprodução econômica e social. Assim, “O território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas” (GODELIER, 1984 *apud* CASTRO, 2000).

A incorporação e integração da vida econômica e da vida social – cadeia de sociabilidade, dos saberes práticos, a noção de território no sentido de propriedade – se manifestam diretamente na comunidade, pois não se pode considerar que exista uma homogeneização dos interesses grupais. Nesse sentido cabe se perguntar qual seria o modelo de propriedade que se reproduziria no interior dos grupos sociais, CASTRO, 2000, enfatiza cinco questões que, respondidas, podem nortear a discussão:

- i) Qual o significado do território para as populações tradicionais?
- ii) Quais os princípios fundamentais que estruturam suas práticas de uso de manejo do território e sua prática de conservação até o presente?
- iii) Qual a concepção de patrimônio e direito coletivo de uso de seus recursos?
- iv) Quais as conotações de apropriação da terra? (status, segurança, direito)
- v) O território é fundamental à reprodução de sua existência e à manutenção de sua identidade?

Os elementos pontuados por essa autora servem como referencial, em função da problemática existente na região do rio Mapuá, principalmente porque a questão fundiária tem uma complexa conotação devida ao fato de a área ter uma dimensão privada da terra. No decorrer da pesquisa de campo, observou-se que essa situação é um fator de complicação porque há famílias que resistem em aceitar o direito de propriedade da empresa, enquanto outras querem discutir formas de viabilizar sua inserção em uma possível proposta de desenvolvimento sustentável capaz de inseri-las na nova dinâmica econômica que poderá resultar dessa ação da própria empresa.

Portanto, a noção de apropriação da terra e de sustentabilidade veiculada pela empresa Ecomapuá não é consensual. Muitas vezes há temor das famílias em assumir responsabilidades cuja dimensão extrapola sua capacidade de governabilidade, pois historicamente o “patrão” sempre foi responsável pela viabilização do escoamento da produção e pelos riscos com comercialização (FERRÃO *et al.* 2001).

## 5.2. AGROECOLOGIA: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dentre algumas tentativas que resultam de discussões e estudos sobre a melhor aplicabilidade das atividades no setor agrícola, desponta nos anos 70 o termo “Agroecologia”, que tinha como intuito analisar os fenômenos ecológicos. Com o avançar do processo foi se atribuindo a esse termo uma concepção particular da atividade agrícola, mais voltada para o problema da sustentabilidade ecológica da produção.

Caracterizada a agroecologia com essa nova abordagem, promove-se uma ruptura com os paradigmas convencionais, os quais buscavam a causalidade linear dos processos físicos, enquanto a agroecologia parte de um pressuposto holístico e sistêmico, buscando, assim, a multicasualidade dinâmica e a inter-relação entre tais processos.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2000).

Assim, a agroecologia é vista no contexto atual como uma importante alternativa para o desenvolvimento no setor agrícola. É interessante ressaltar as metas e os objetivos básicos do desenvolvimento que se busca a partir de uma abordagem agroecológica:

i) A taxa de consumo de *recursos renováveis* não deve ultrapassar a *capacidade de renovação* dos mesmos;

ii) A quantidade de *rejeitos produzidos* não deve ultrapassar a *capacidade de absorção* dos ecossistemas.

Os recursos não renováveis devem ser utilizados somente na medida em que podem ser substituídos por um recurso equivalente renovável (FISCHER-KOWALSKI, & HABERT, 1993 *apud* NOBERT FENZL, 1997).

A idéia de Desenvolvimento Sustentável provoca muitos debates e muitas definições que, na sua maioria, tentam inter-relacionar simultaneamente os fatores ecológicos, sociais, culturais e econômicos em um condicionamento de produção. A título de ilustração, esta definição de SACHS:

Um desenvolvimento em harmonia com a ecologia, e que tivesse como base, entre outras, a valorização da diversidade biológica e cultural, a tomada de decisões locais e autônomas, o acesso mais eqüitativo aos recursos naturais e uma burocracia estatal descentralizada (SACHS *apud* KITAMURA, 1994).

A agroecologia busca a preservação da biodiversidade dos agroecossistemas com o objetivo de produzir a auto-regulação e sustentabilidade, restabelecendo condições para as complexas interações entre solo, plantas e animais. Trata-se de um modelo construído sob os aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local e explorando, ao mesmo tempo, os benefícios de outros métodos ecológicos.

A agroecologia, de um modo geral, flui indiscutivelmente com êxito como um viés à reprodutibilidade nacional e, em específico, assume grande importância para os sistemas agrícolas familiares na Amazônia, por apresentar condições específicas de desenvolver suas

atividades em áreas, na maioria das vezes, inferiores a 100 ha e por usar mão-de-obra familiar.

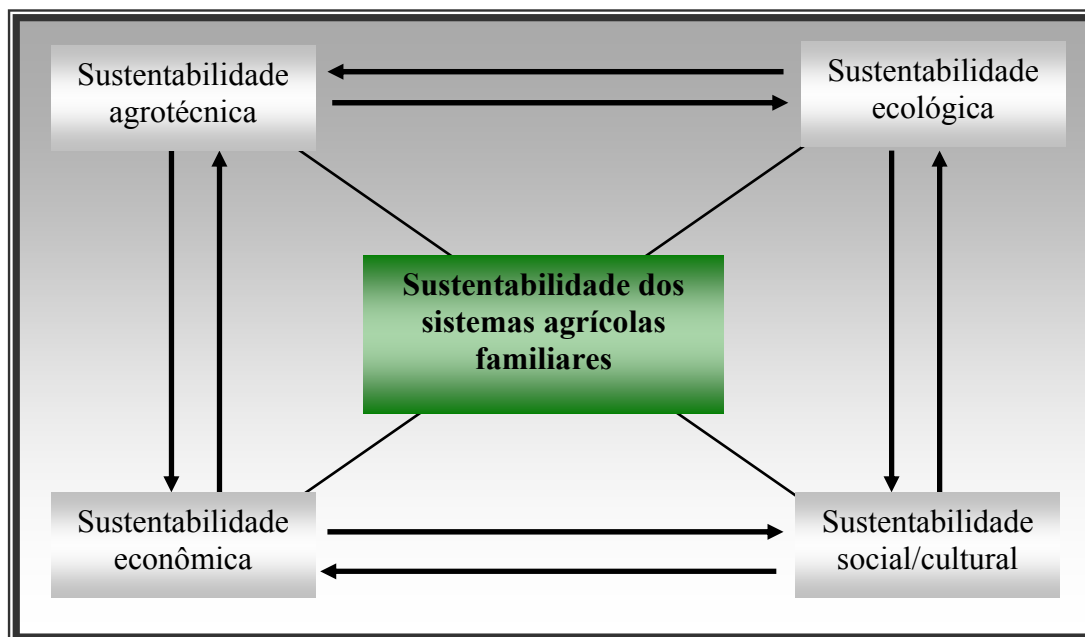
Os parâmetros da abordagem agroecológica, diferentes do funcionamento dos métodos tradicionais, proporcionariam um maior nível de estabilidade a partir da interação dos fatores vigentes no estabelecimento, de acordo com as intenções e estratégias da família e não segundo os convencionados “pacotes tecnológicos” típicos da agricultura tradicional.

O planejamento e o manejo, a partir da agroecologia nos sistemas familiares na Amazônia, proporcionariam condicionamentos para uma produtividade de melhor qualidade, sem provocar desgastes dos meios (degradação), e maximização no aproveitamento nas áreas agricultáveis, o que estabilizaria a ação dos agricultores em sua territorialidade, diminuindo a mobilidade dos mesmos no setor agrícola e as saídas para os centros urbanos.

Desta forma, a agroecologia promoveria na Amazônia uma agricultura de permanência na mesma área, com crescentes aumentos de produtividade, tanto da terra como da mão-de-obra, reduzindo, assim, a pressão para mais desmatamentos. Convertendo um sistema tradicional e itinerante em um sistema de equilíbrio no tempo entre a viabilidade agrotécnica, econômica, ecológica e social, como esboça a figura apresentado por SERRÃO, 1995:



Figura 01: Sustentabilidade dos sistemas agrícolas familiares



Fonte: Serrão, 1995.

Tendo feito, ainda que sumariamente, essa abordagem sobre os princípios teórico-metodológicos da Agroecologia, e tendo indicado – a partir deles – um modelo possível de desenvolvimento, veja-se o quadro de cenários apontado pela pesquisa de campo para a comunidade em estudo.

### 5.3. QUADRO DE CENÁRIOS <sup>3</sup>

#### 5.3.1. Dimensão Ambiental

VARIÁVEL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO ALTERNATIVO	CENÁRIOS CORRIGIDOS
VEGETAÇÃO	Vegetação primária e secundária de várzea; Vegetação latifoliada, densa e heterogênea; Ausência de manejo florestal.	Utilizar os recursos vegetais de modo sustentável, preservando as espécies, principalmente aquelas que vem sendo mais exploradas, como o açaí os diversos tipos de madeira.	Zoneamento e proteção de áreas com cobertura vegetal primária; Replanteio de espécies exploradas; Práticas de manejo difundidas e aplicadas.
ÁGUA	Grande potencial hídrico (rio Mapuá e igarapés), porém pouco adequado para consumo humano, devido à alta concentração natural de matéria orgânica originária principalmente das folhas e raízes das árvores;	Construção de poços artesianos; Realizar zoneamento ecológico que permita proteção das nascentes; Promover campanhas de sensibilização para a importância da proteção desses mananciais;	Obtenção de água com condições de consumo doméstico; Uso racionalizado dos recursos hídricos;
SOLO	Ausência de estudos a respeito da qualidade do solo.	Realizar estudos de identificação de solo para facilitar seu uso;	Desenvolvimento Sustentável para a região com o aproveitamento adequado do solo.

<sup>3</sup> Este quadro de cenários é uma construção coletiva da equipe responsável pelo diagnóstico sócio-ambiental das comunidades do Rio Mapuá no município de Breves/PA, apresentado inicialmente no relatório do referido diagnóstico (cf. Referências Bibliográficas).

### 5.3.2. Dimensão Social

VARIÁVEL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO ALTERNATIVO	CENÁRIOS CORRIGIDOS
POPULAÇÃO	Baixa densidade demográfica; Organização de grupos, auto-denominados de Comunidades; 100% dos indivíduos são nascidos em solo paraense; Fortes laços de parentesco; Mobilidade constante dos indivíduos entre o Rural-Urbano e internamente entre as Comunidades; Jovens e adolescentes afastados das comunidades durante a semana.	Promover políticas públicas voltadas aos interesses dos diversos segmentos sociais (jovens e adolescentes, idosos, mulheres etc.); Incentivar a regularidade e continuidade das atividades econômicas permitindo a permanência da população economicamente ativa nas comunidades.	Restauração do Grupo Familiar como unidade produtora.
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Baixa participação social, com predomínio de relações de parentesco. Perfil individualista nas ações das população local; Motivação para o associativismo limitada a cultos, festejos e associações de natureza religiosa; Predomínio de intrigas e pequenos conflitos entre os grupos, que carecem de oportunidades de inserção econômica e social; Ausência nas dinâmicas participativas promovidas pela Prefeitura de Belém (OP) devido ao isolamento e dificuldade de transporte; Ações clientelistas de grupos políticos desarticulam a participação social efetiva;	Estimular a participação em processos coletivos de ações e decisões que reorientem as preocupações para com o planejamento do desenvolvimento local; Incentivar a construção de diversas formas de associativismo (com mulheres, com jovens, com grupos artísticos) através da capacitação e do estímulo às iniciativas. Realizar cursos de formação política aos membros das comunidades; Criar Conselhos Gestores setoriais com a finalidade gerir fundos setoriais (fundo de turismo, fundo agroextrativista, fundo cultural, etc.).	Planejamento participativo que dimensione e monitore as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Valorização do morador local, seus costumes, seu artesanato, sua cultura. Participação Política das comunidades reconhecida pelo poder público e sociedade civil; Conselhos Gestores setoriais em funcionamento;
ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Ausência de documentação (títulos de terra) por parte se seus habitantes; Condições favoráveis para a legalização da posse, considerando que o uso Capião Rural é de 21 anos e que as comunidades estão no local há muitos anos; Grandes áreas dentro da categoria “área de marinha”; Presença de conflitos entre os herdeiros dos primeiros moradores do local; Na Comunidade de Tabatinga foi registrado a presença de pretenso dono do terreno exigindo a divisão na produção do Açaí e Camarão (imposição da condição de meeiro).	Promover o levantamento fundiário da região; Promover estudo de viabilidade para implantação de Unidade de Conservação de Desenvolvimento Sustentável, conforme prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC em seus artigos 14 e 20.	Garantia de permanência das comunidades na região assegurando a preservação dos recursos naturais existentes; Regulamentação do acesso futuro a essas áreas, consideradas como estando ao alcance da especulação imobiliária própria de áreas de praia.

HABITAÇÃO	<p>Padrão Construtivo predominante é a casa de madeira coberta com telhas de barro;</p> <p>A média de cômodos está entre três e quatro, sendo que, na maioria deles o uso destes como dormitórios é de até 3 cômodos;</p> <p>O banheiro fica fora de casa em 86,96% dos casos. O escoadouro dos mesmos é ligado à fossas rudimentares, em 71,64% dos casos;</p> <p>A ausência de rede de energia elétrica faz com que o padrão de iluminação interna aos domicílios seja feita com lâmparinas (74,55%) e lâmpíões a querosene (10,91%).</p>	<p>Estimular a permanência do uso de materiais regionais que garantem conforto ambiental como a telha de barro no lugar do fibrocimento ou amianto;</p> <p>Implantar fossas sépticas;</p> <p>Estudar soluções alternativas (energia solar, biodigestores, energia eólica, etc.), não poluidoras, para obtenção de energia elétrica para o interior das residências.</p>	<p>Valorização de técnicas regionais de construção que garantem conforto ambiental interno e a saúde da família residente;</p> <p>Esgoto sanitário tratado;</p> <p>Energia elétrica nas residências</p>
ACESSO/ TRANSPORTE	<p>O acesso às comunidades se dá, predominantemente, pelos rios em pequenas canoas a remo. Alguns moradores possuem barcos motorizados;</p> <p>A dificuldade de acesso associado ao alto custo do transporte representa para as comunidades o seu principal problema, com reflexos na educação, atendimento de saúde, escoamento da produção e dinamização do turismo.</p> <p>Domínio da técnica de construção de embarcações de madeira. No Porto Pelé existe um estaleiro com tradição de quase 100 anos.</p> <p>Foi registrado o interesse de político em ajudar na construção de ramais ligando as comunidades à rodovia PA291 para facilitar o acesso e o escoamento de materiais como areia, barro e pedra.</p>	<p>Promover a instalação de linha fluvial regular, subsidiada pela Prefeitura de Belém, que permita o deslocamento dos que precisam estudar, receber tratamento médico de urgência e escoar a produção;</p> <p>Promover oficinas que orientem para o cuidado necessário na preservação ambiental (proteção das hélices, não jogar óleo nos rios, instalar filtro de ar, etc.) além de adaptar os barcos para as exigências do mercado ecoturístico.</p> <p>Instalar terminal turístico no Porto Pelé e melhorar as estruturas dos trapiches das comunidades.</p>	<p>Linha fluvial regular implantada e integrada às necessidades das populações;</p> <p>Valorização e melhoria do transporte fluvial;</p> <p>Adaptação dos barcos às exigências ambientais e do mercado do ecoturismo</p>

EDUCAÇÃO	<p>Baixa escolaridade entre os chefes de família: alto índice (36,84%) de analfabetos e de pessoas com 1ª a 4ª série do ensino fundamental incompleto (35,09%);</p> <p>Programa de alfabetização de adultos – MOVA, em execução nas comunidades;</p> <p>Existência de dois anexos que oferecem até a 4ª série do ensino fundamental. O primeiro no Caruaru ligado à escola do Maracajá e o segundo no Castanhal do Mari-Mari ligado à escola Maroja Neto.</p> <p>Ausência de uma proposta de Educação Ambiental articulada no projeto pedagógico dos anexos. Falta de articulação dos anexos com a Escola Bosque.</p>	<p>Manter a continuação do MOVA;</p> <p>Promover cursos de educação continuada;</p> <p>Promover a articulação dos anexos existentes no Caruaru e Castanhal do Mari-Mari entre si e com a Escola Bosque.</p> <p>Implantar as 8 séries do ensino fundamental nos anexos, e articular o ensino médio com a Escola Bosque, dando ênfase na formação de técnicos em turismo.</p>	<p>Melhoria nos índices de escolaridade da população local;</p> <p>Acesso da população ao ensino fundamental e médio assegurado;</p> <p>Política Educacional voltada para a Educação Ambiental e a capacitação de indivíduos para um processo de desenvolvimento sustentável que inclui a dinâmica do Ecoturismo.</p>
SAÚDE	<p>Presença de agentes de saúde ligados ao Programa Família Saudável;</p> <p>Ausência de unidade de atendimento no local para casos de urgência e emergência;</p> <p>Dificuldade de acesso aos serviços de saúde de alta e média complexidade;</p> <p>Insuficiência de informação relacionando Saúde e Meio Ambiente para os moradores das comunidades;</p> <p>Uso de “plantas medicinais” por parte da população local;</p> <p>Baixa incidência de doenças prevalentes.</p>	<p>Articular o Programa Família Saudável com as dinâmicas de educação e saúde ambiental;</p> <p>Implantar programa de medicina popular estimulando o uso de “plantas medicinais” (Farmácia Verde).</p>	<p>Melhoria na oferta de serviços de atenção básica de saúde;</p> <p>Identificação por parte da população da relação existente entre condições ambientais e a saúde;</p> <p>Valorização dos conhecimentos da medicina popular.</p>
PRODUÇÃO CULTURAL	<p>Artesanato em trançado de tala e palha, confeccionados com a tala de jupati e o cipó titica e guarumã, assim como os brinquedos produzidos com miriti e o caranã e as famosas varetas bordadas.</p> <p>Pouco estímulo à produção artesanal pela falta de compradores;</p> <p>Não preocupação, por parte do artesãos, com a reposição do material retirado da mata;</p>	<p>Promover oficinas dinamizadoras das produções artesanais;</p> <p>Formação de cooperativa de artesãos;</p> <p>Articular com os anexos escolares sediados naquelas comunidades para o desenvolvimento desse artesanato;</p> <p>Articular com centros comerciais (Praia Bar, Hotéis, etc)</p>	<p>Implantação de Política Cultural interagindo e provocando reflexões acerca de suas formas de viver, sensibilizando para a preservação do meio ambiente, buscando, assim, a formação de cidadãos com percepção de sua realidade e sua capacidade criadora;</p>

## 5.3.3. Dimensão Econômica

VARIÁVEL	CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO ALTERNATIVO	CENÁRIOS CORRIGIDOS
AGRICULTURA E PEQUENAS CRIAÇÕES	<p>Manutenção de sistemas de subsistência (autoconsumo);  Ausência de associação e/ou cooperativa de produtores;  Baixa produtividade;  Desestruturação das unidades produtivas;  Ausência de assistência técnica e crédito agrícola por parte dos órgãos governamentais competentes;  Ausência de manejo para o produto local;  Baixo preço para os produtos locais;  Qualidade dos produtos inadequada às exigências do mercado consumidor;  Desarticulação entre o produtor e os centros comerciais favorecendo a presença do atravessador;  Existência de experiências de criação de pato regional e peixes em cativeiro.</p>	<p>Implantar Programa de Reorganização da Agricultura familiar;  Estimular formação de associações e/ou cooperativas de produção;  Introduzir técnicas para aumento de produtividade e qualidade do produto;  Integrar em um sistema de abastecimento os produtos hortifrutigranjeiros locais para comercialização em feiras e mercados da área urbana da Ilha;  Promover a aproximação entre os produtores rurais e órgãos públicos responsáveis pelo fornecimentos de assistência técnica e crédito rural.</p>	<p>Consolidação da Agricultura familiar e práticas associativistas;  Reintrodução dos produtores rurais no circuito de comercialização;  Introdução dos produtos nas feiras e mercados – Feira do Produtos Rural;  Reconhecimento, por parte do consumidor, da boa qualidade dos produtos locais;  Acesso dos produtores ao crédito rural e assistência técnica.</p>
EXTRATIVISMO VEGETAL	<p>Atividade mais realizada pelos moradores, destaque para a retirada do Açaí (89,47% do entrevistados);  Assume o perfil de atividade complementar destinada mais ao consumo do que a comercialização;  Ausência de assistência técnica por órgãos governamentais competentes;  Existência, embora incipiente, de replantio e/ou manejo de produtos como: açaí, cupuaçu e pupunha. A ação é espontânea, mas tem se traduzido em resultados positivos para os produtores;  Desconhecimento da população do valor comercial dos produtos extrativistas (açaí, cupuaçu, castanha-do-pará, andiroba, buriti, etc);  Baixo preço do produto extrativista.</p>	<p>Implantar projeto de manejo florestal;  Estimular a produção associativista/cooperativista como forma de enfrentar as dificuldade de transporte, comercialização, dentre outros;  Promover curso/oficinas para beneficiamento de produtos extrativos (compotas, geléias, óleos medicinais, dentre outros);  Identificar e demonstrar o valor comercial dos produtos extrativistas disponíveis na região para os seus moradores;  Promover a aproximação dos produtores locais com indústrias beneficiadoras de produtos extrativistas (cosméticos, medicamentos, alimentos, etc).</p>	<p>Agregação de valor aos produtos extrativistas, disponíveis na região, permitindo que a atividade propicie melhoria na qualidade de vida da população;  Técnicas adequadas ao manejo florestal implantadas pelos produtores;  Domínio de técnicas para verticalização da produção por parte da população local;  Acesso dos produtores à assistência técnica.</p>

PESCA	<p>Atividade econômica de destaque, porém não é considerada como principal pela maioria dos chefes de família;</p> <p>Destaque para a pesca do Camarão que se apresenta mais organizada. Porém, a redução da produção do camarão, durante o verão, compromete a renda gerada pela atividade;</p> <p>A comunidade de Tabatinga utiliza técnica de manejo para a exploração do camarão (criação de camarão em cativeiro);</p> <p>Uso de técnicas não sustentáveis para a pesca (rede de arrastão, malhas com tamanhos pequenos e tapagem de igarapés).</p>	<p>Promover a comercialização do pescado diretamente ao consumidor nos mercados e feiras de Mosqueiro, ampliando o valor obtido com a comercialização do produto;</p> <p>Realizar curso de formação técnica em manejo da pesca, com ênfase nas formas não impactantes para o meio ambiente;</p> <p>Estimular a produção associativista/cooperativista como forma de enfrentar as dificuldades de transporte, comercialização, dentre outros;</p> <p>Promover a aproximação entre os pescadores e os órgãos públicos responsáveis pelo fornecimento de assistência técnica e crédito.</p>	<p>Agregação de valor aos produtos da pesca, permitindo que a atividade propicie melhoria na qualidade de vida da população;</p> <p>Domínio de técnicas sustentáveis na atividade pelos pescadores;</p> <p>Acesso dos pescadores à assistência técnica e ao crédito;</p> <p>Formação de associação e/ou cooperativas (colônia) de pescadores;</p>
SERVIÇOS E COMÉRCIO	<p>Atividade comercial concentrada no Porto Pelé. Identifica-se próximo ao trapiche da comunidade do Caruarú um pequeno comércio (baiúca);</p> <p>Ausência de capital de investimento para a manutenção de atividades comerciais no interior das comunidades;</p> <p>Baixa qualificação dos moradores para atendimento das demandas de serviços (guias, cozinheiros, barqueiros, etc)</p>	<p>Dinamizar o setor do comércio e serviço, através do incremento do ecoturismo;</p> <p>Realizar cursos e oficinas para qualificação da força de trabalho na área de serviço e comércio;</p>	<p>Consolidação de pequenos núcleos comerciais para a venda do produto local;</p> <p>Pessoas qualificadas para atendimento das demandas de serviço;</p> <p>Reordenamento e revitalização do Porto Pelé.</p>
TURISMO/ ECOTURISMO	<p>Desenvolvimento de ações esporádicas;</p> <p>Reduzida capacidade de investimento em infraestrutura;</p> <p>Desarticulação entre agentes de turismo e as comunidades locais;</p> <p>A população não compreende o turismo como uma atividade geradora de emprego e renda;</p> <p>Desconhecimento de grande parte da população urbana da Ilha e do restante do Município sobre a existência do Parque Ambiental e seu potencial;</p> <p>Desconhecimento por parte da população do entorno do Parque sobre os potenciais turísticos da região.</p>	<p>Elaborar o Zoneamento ecoturístico da região para a implantação da atividade;</p> <p>Consolidar o Plano de Manejo do Parque Ambiental;</p> <p>Implantar Projetos de Ecoturismo para aproveitamento sustentável das potencialidades;</p> <p>Monitorar ações de visitas ao Parque e seu entorno;</p> <p>Melhorar infraestrutura de transporte;</p> <p>Implantar sistema de divulgação e marketing;</p> <p>Promover cursos e oficinas de qualificação para atividade turística;</p>	<p>Implantação do Ecoturismo, favorecendo a preservação do meio-ambiente e a promoção do bem-estar da população local.</p>

TRABALHO E RENDA	<p>Baixa qualificação da força de trabalho;          Reduzida oferta de emprego formal;          Manutenção de um padrão de geração de renda pautado em atividades de subsistência;          Ações de geração de emprego e rendas descontínuas;          Ausência de identidade produtiva da força de trabalho.          Não há um domínio pleno das técnicas produtivas, de cada atividade, pelos indivíduos. Isso compromete a qualidade e a produtividade.</p>	<p>Promover oficinas de Capacitação e formação profissional;          Estimular e capacitar para a atividade agroextrativista;          Estimular e capacitar para o emprego na área de serviços (Ecoturismo);          Introduzir programas de geração de emprego e renda de forma associativa.</p>	<p>Política de Capacitação e Formação Profissional voltada para o fortalecimento das habilidades e técnicas tradicionais;          Política de Geração de Emprego e Renda adaptada à vocação da região que é o Ecoturismo associado à produção cultural e agroextrativista do local.</p>
------------------	---	--	--





## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Vila Amélia, assim como em toda a Amazônia, a agricultura familiar reflete um conjunto de práticas historicamente determinadas. A trajetória dos trabalhadores agroextrativistas das comunidades do rio Mapuá é fruto do modelo de relação clientelista e paternalista estabelecido desde o início da colonização no qual os “patrões” foram se legitimando, ainda que de forma arbitrária e prejudicial aos trabalhadores, como verdadeiros *senhores feudais da contemporaneidade*.

Essa matriz de relacionamento criou nos trabalhadores um tipo de dependência de dupla face, isto é, uma dependência que embora não seja opcional, voluntária, não chega a ser completamente indesejada, pois a garantia de comercialização oferecida pelos “patrões”, ainda que a preços muito baixos e a elevados custos sócio-ambientais, oferecia e oferece aos agroextrativistas uma relativa segurança de sobrevivência. É preciso, pois, compreender a lógica das relações que produzem essa dependência histórica para poder entender o *modus vivendi* desses trabalhadores e a resistência que manifestam ao sentirem a possibilidade de uma mudança que possa afetar as condições em que vivem.

A partir dessa interpretação, tentou-se identificar quais fatores estariam condicionando a forma como vêm desenvolvendo suas atividades produtivo-exploratórias, considerando-se que os próprios agroextrativistas reconhecem que a inexistência de incentivos diretos e de políticas que fomentem um desenvolvimento menos predatório os submete a um dinamismo agrícola desfavorável que aprofunda cada vez mais as já acentuadas desigualdades sociais.

No conjunto desses fatores, o grau de organização sócio-política da comunidade assume uma importância considerável porque se apresenta como um ponto de partida para uma possível

ruptura com o modelo de relação historicamente constituído que, além de espoliar o trabalhador do direito ao usufruto de sua produtividade, destrói irracionalmente os recursos naturais, em benefício de uma pequena parcela de atores (comerciantes e empresários). Dada a configuração das redes de relações que servem de suporte ao funcionamento das atividades produtivo-exploratórias, acredita-se que o acesso à informação de maneira direta contribui para a otimização dos sistemas produtivos. É nesse sentido que pode se efetivar o papel das organizações sociais que visam uma intervenção mais ecologicamente racional e mais socialmente responsável sem contudo ignorar a necessidade da reprodutibilidade e sustentabilidade econômico-familiar.

A presente pesquisa indica o fato de que toda e qualquer proposta de implementação de projetos de desenvolvimento sustentável precisa partir das práticas locais, considerando as lógicas dos núcleos familiares, sem o quê, corre-se o risco de equivocadamente continuar impondo modelos pré-estabelecidos de desenvolvimento. Destarte, aponta-se possibilidades de construir, junto com as famílias da comunidade, alternativas de cenários futuros (cf. quadro de cenários) a partir dos cenários diagnosticados (idem) e de acordo, embora não exclusivamente, com o aporte teórico-metodológico proposto pela Agroecologia.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2º edição – 2000, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ARMANI, D. **Agricultura e Pobreza: construção os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Tomo editorial, Porto Alegre – RS, 1998.

AYRES. J. Márcio. **As Matas de Várzeas de Mamirauá**. Sociedade Civil Mamirauá/SCM-MCT/CNPq. Brasília. 1996.

**BARBOSA et ali**. Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs. \_\_\_\_\_, 1998.

BARRETO et al.; **Custo e benefícios do manejo florestal para a produção de madeira na Amazônia Oriental**. IMAZON. Belém, 1998.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

BERGER, Peter - **A Perspectiva Sociológica**. A sociedade no Homem. *Perspectivas sociológicas. Uma visão Humanista*. Petrópolis, Vozes, 1972: 106-136.

BITTENCOURT, Gilson. & BIANCHINI, Valter. **Estudos de Sistemas Agrários: Metodologia**. FAO/ INCRA. 1996.

BOM MEIHY, J. Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo, Edição Loyola, 3º edição. 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. p. 7-16.

CARVALHO, R.de A.; FERREIRA, C.A.P.; HOMMA, A.K.O.; OLIVEIRA, R. P.; **Avaliação do crescimento da agricultura amazônica**. Belém: Embrapa-CPATU, 1994. 27p. (Embrapa – CPATU. Documentos, 77).

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais** p. 165-182. In DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

CHAMBERS, R.; PACEY, A. AND THRUPP, L. A. **Farmers first: farmer innovation and agricultural research. Intermediate Technology Publication.** London. 1989. 219 p.

CONCEIÇÃO, M<sup>a</sup> de Fátima Carneiro. **Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reprodução Social na Amazônia.** In: Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa. Belém: Universidade Federal do Pará. 2001.

COSTA, N. de L. **Agricultura Itinerante na Amazônia.** EMBRAPA/CPAFRO. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artogos/>; 2001

DUFUMIER, Marc. **Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agro-pecuário.** 1997 (mimeo).

FENZL, Nobert. **Estudo de Parâmetros capazes de Dimensionar a Sustentabilidade de um Processo de Desenvolvimento.** In Perspectiva do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Uma contribuição para a Amazônia 21. Belém, 1997.

FERRÃO, Euzalina da Silva & HERRERA, José Antônio. **Relatório Preliminar sobre as comunidades localizadas na área da Empresa Ecomapuá.** UFPA / CSE / Incubadora Tecnológica de Produção Familiar. Belém, 2001. (mimeo).

FLORES, M. X.; MACÊDO, M. M. C.; ROSA, S. L. do C. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária: contradições e desenvolvimento.** (1988) In: Mota, D. M. et al. Agricultura Familiar: Desafios para a sustentabilidade. Embrapa-CPATU, SDR/MA, 1998. 276p

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens.** São Paulo. Editora Nacional. 1955.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **As questões emergentes e a agricultura na Amazônia.** In: Agricultura Sustentável, v. 5, n. especial (jan/dez., 1998), SP, Embrapa Meio Ambiente, 1998.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades.** Embrapa / Centro de Pesquisa Agroflorestral da Amazônia Oriental. – Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996.**

IBGE. **Censo Populacional.** 1950

IBGE. **Censo Populacional.** 1960

IBGE. **Censo Populacional.** 1970

IBGE. **Censo Populacional**. 1980

IBGE. **Censo Populacional**. 1991

IBGE. **Censo Populacional**. 2000

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ.  
**Zona do Marajó e Ilhas**. Belém: IDESP, 1968.

KITAMURA, P. C. **Desenvolvimento Sustentável: Uma abordagem para as questões Ambientais da Amazônia**. Tese de Doutorado. UNICAMP: 1994, 298 p.

LAMARCHE, H . **Agricultura Familiar v.1**. Tradução: Tijiwa A. M. N. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H . **Agricultura Familiar v.2**. Tradução: Brazin F. Campinas: editora da UNICAMP, 1998.

LÉNA, P & OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: a Fronteira Agrícola vinte anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém-PA, 1991.

LOPES, Aldemar *et al.* **Aspectos econômicos do açazeiro**. Belém, SUDAM. 2000.

MANKIW, N. Gregory. Tradução Maria José Cyhlar Monteiro. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia**. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no seu lugar político**. Petrópoles: Vozes, 1996.

MARTINS, J. de Souza. **A Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. Editora Hucitec, São Paulo, 1997. 205p.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso; ensaios de sociologia da história lenta**. 2º ed. São Paulo: editora Hucitec, 1999.

MCGRATH, D. **Parceiros no Crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. In: Novos Cadernos NAEA, v.2, n 2. Belém: NAEA/UFPA. 1999.

MEDINA, Gabriel. **A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim**. Belém. NEAF/UFPA/EMBRAPA. 2003. (mimeo).

MERRIL-SANDS, D. & COLLION, M. H. 1993. **Making the farmers voice count**: issues and opportunities for promoting farmer-responsive research. *Journal for Farming system Research-Extension*. 4-1: 139-161.

NRC (National Research Council). **Sustainable agriculture and environment in the Humid Tropics**. National Academy Press, Washington D.C. 1993.

PICARD, Jacky. **Amazonie Brésilienne: Lês marchands de rêves (ocupations de terres rapports et développement)**. Paris, l' Harmattau. 1998.

PICARD, Jacky. **O Clientelismo nas Colônias Agrícolas do Sudeste do Pará**. In: D' incao, M. A. e SILVEIRA, I. M. (Orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: MPEG, 1994.

PRONAF. **Buscando as Raízes: Agricultura familiar e Reforma Agrária**. Brasília: MDA/PRONAF, 2002.48 P.

RHOADES, R. E. AND BOOTH, R. 1982. Farmer-Back-to-Farmer: A model for generating acceptable technology. *Agric. Administration*. Barking. 11: 127-137.

REYNAL, Vicente de. & MUCHAGATA, Márcia G. *et ali* – **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**, LASAT/CAT/UFPA 1994. 67p.

SERRÃO, E. A. **Modelo de Desenvolvimento Agropecuário e Floresta Sustentável para a Amazônia**: A Proposta da EMBRAPA. In: *Anais do Congresso Nacional sobre essências nativas Conservação e Biodiversidade*. Revista do Instituto Florestal Vol.4. 1992. 413-426.

SERRÃO, Emanuel Adilson. : **Desenvolvimento agropecuário e florestal na Amazônia: proposta para o desenvolvimento sustentável com base no conhecimento científico e tecnológico**. In: **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais / organizado por José Marcelino Monteiro da Costa**. Belém: UFPA. NUMA, 1995. 1989 p.

SCHMITZ, H.; SIMÕES, A.; **Objeto de Fronteira Entre Pesquisadores e Agricultores: A intensificação da Agricultura na Transamazônica**. 16p. Altamira – LAET. 2001.

SOUZA, Armando Lírio; LOPES, Luis Otávio do Canto; FERRÃO, Euzalina da Silva; HERRERA, José Antônio. **Comunidades Agroextrativistas do Rio Mapuá – Breves-PA; Diagnóstico Sócio Econômico**. UFPA / CSE / Incubadora Tecnológica de Produção Familiar. Belém, 2002 (mimeo).

SOUZA, Milene Rosane da Silva, FERNANDES, Miriam Cristine, BOULHOSA, Marinete da Silva. **MARAJÓ: Um Pólo Ecoturístico da Amazônia**. Belém: AMAM, 1998.

THIOLLENT, M. 1992. *Metodologia da pesquisa-ação*. 5.ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 108p.

TOURAINE, Alain. Trad. Elia Ferreira Edel. **Crítica da Modernidade**. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

VAZ FILHO, Florêncio. **Ribeirinhos da Amazônia identidade e magia na floresta: estudo da cultura e das tradições das comunidades do rio Tapajós**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1996.

VIANA, G.; **Relatório da Comissão externa destinada a averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas proporções de terra Brasileiras por grupos asiáticos**. Brasília, 1996. 120 p.

XIMENES, Tereza. (org.). **Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável** (uma contribuição para a Amazônia 21). Belém: UFPA / NAEA; Associação de Universidades Amazonicas, 1997. 657 p.

WALKER, R. T., et al. **A Evolução da Cobertura do solo nas áreas de pequenos Produtores na Transamazônica**. In: HOMMA, A. K. O.(ed.) *Amazônia Meio Ambiente Desenvolvimento Agrícola*. Embrapa, Brasília: 1993, p.322-343.

WALKER, R.T.; HOMMA, A.K.O.; CONTO, A.J. de; CARVALHO, R. de A.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M. dos; ROCHA, A.C.P.N. da; OLIVEIRA, P.M. de; PEDRAZA, C.D.R. **As Contradições do Processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 117p.